



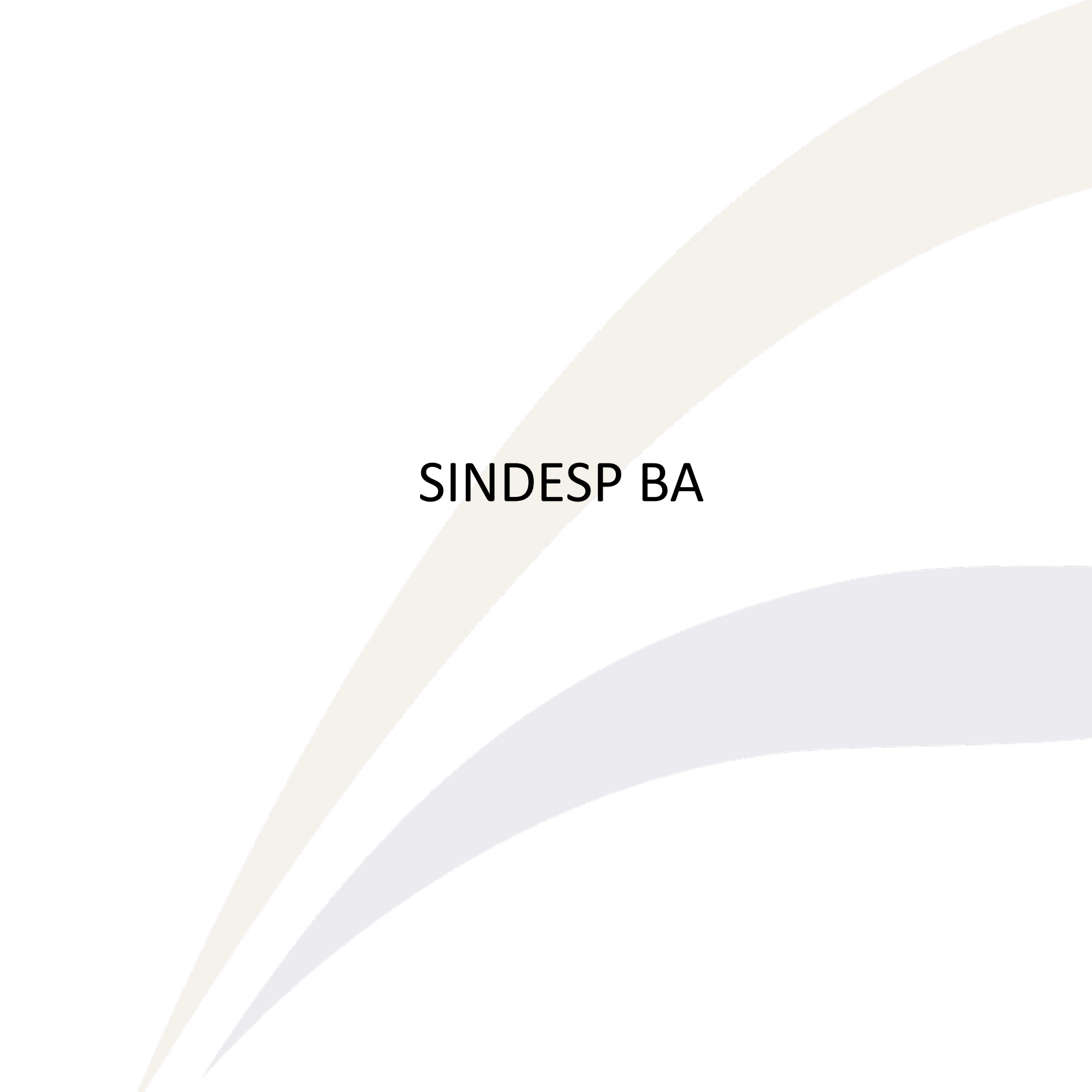
Fenavist

Federação Nacional das Empresas
de Segurança e Transporte de Valores



ESSEG

Estudo do Setor da Segurança Privada



SINDESP BA



Palavra do Presidente

A atividade de segurança privada no Brasil surge forte e representativa do sonho e da luta de líderes que traziam em sua mente a criação da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist.

O trabalho desenvolvido ao longo dos 24 anos conquistou inúmeras vitórias na representatividade expressa de forma ética e com excelência nos interesses da segurança privada, assegurando a sua credibilidade, resultados e sustentabilidade, com o desenvolvimento de atuações conjuntas com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, construindo um relacionamento promissor para as empresas que trabalham de forma digna no desenvolvimento deste país.

Com o intuito de dar continuidade a estas conquistas, a Fenavist desenvolve um trabalho contínuo de esforços junto ao Congresso Nacional para a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, bem como a intensificação de ações com o Ministério do Trabalho e Emprego para buscar soluções definitivas para questões como a Jornada 12x36 e a regulamentação da Lei 12.740/2012 que trata do adicional de periculosidade.

Para melhor desenvolver este trabalho, em 2004, a Fenavist traçou um panorama da segurança privada com o lança-

mento do I Estudo da Segurança Privada do País – I ESSEG - que fez um balanço do mercado ao revelar ao governo e sociedade as diretrizes e princípios construídos por meio de um trabalho técnico e político da segurança privada. O estudo foi amplamente aceito e trouxe grande conceito de modernização e inovação ao segmento.

Em 2005 foi lançado o II ESSEG. Neste material a Federação pode avançar ainda mais e ousar como instituição representativa sindical, produtora de informação para o segmento de segurança privada. Os dados revelados foram extraídos do setor, originários das empresas que contribuíram decisivamente nas respostas aos nossos questionamentos.

Neste ano de 2013 estamos lançando o III ESSEG. Nele mostramos como os números atuais refletem o cenário político econômico que estamos vivendo. Este Estudo inclui também uma análise global do mercado, com as principais ameaças ao segmento, a estruturação da segurança privada no mundo e informações sobre a evolução da terceirização no Brasil. Estima-se que em 2012 as 2.282 Empresas de Segurança e Transporte de Valores movimentaram cerca de R\$ 36 bilhões, empregando formalmente cerca de 690 mil trabalhadores.



Um dado relevantes neste ESSEG e a apresentação da tendência no aumento do número de empresas de segurança em contrapartida à diminuição das empresas orgânicas, fruto da luta pela busca da qualidade e eficiência do trabalho e do controle mais efetivo do setor, trabalho este feito em parceria com a Federação, Sindicatos e Polícia Federal.

Neste sentido, convido você a conhecer mais sobre o Estudo, que lhe proporcionará uma visão geral do segmento, elaborado pela Fenavist e com a contribuição de sindicatos e órgãos governamentais. Juntos, buscamos cada vez mais honrar o compromisso de representar os empresários de segurança de forma ampla e transparente, com o objetivo de unir a comunidade de segurança privada no Brasil, prestando serviços e promovendo modernização e crescimento para a atividade.

Temos muitos desafios e precisamos da colaboração de todos, empresas, associações e sociedade, para fortalecermos a atividade e assim alcançarmos a excelência, com a meta de sempre bem servir a esta categoria.

Desejo a todos uma ótima leitura.

“Só é digno
dos seus direitos
quem luta
por eles”. Rui Barbosa



ÍNDICE

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	3
1 – INTRODUÇÃO.....	4
1.1 – OBJETIVO DA PESQUISA.....	4
1.2 – METODOLOGIA BÁSICA.....	4
1.3 – SETORES ABRANGIDOS POR ESTE ESTUDO...	4
2 – ANÁLISE GLOBAL DO MERCADO.....	5
2.1- Crescimento do Mercado.....	5
2.2- Tendências e Oportunidades.....	7
2.3- Ameaças.....	8
- As Principais.....	8
- A Escassez de Mão de Obra.....	9
- Outras Ameaças ao setor.....	9
3 – TERCEIRIZAÇÃO: Um dos pilares da modernização administrativa pública e privada	10
4 – A SEGURANÇA PRIVADA NO MUNDO.....	14
- Europa.....	14
- América Latina.....	16
5 – NÚMEROS DO SETOR.....	17
5.1 – NÚMERO DE EMPRESAS.....	17
Distribuição das Empresas por Região...	18
5.2 – NÚMERO DE TRABALHADORES NO SETOR...	19
Estimativa da Distribuição dos Trabalhadores por Região.....	19
5.3 – FATURAMENTO DO SETOR.....	20
Faturamento por Região.....	20
5.4 – RESUMO DO NÚMERO DE EMPRESAS, TRABALHADORES E FATURAMENTO, POR REGIÃO, EM %.....	21
Empresas.....	21
5.5 – RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS FEDERAIS..	22
Recolhimentos de Impostos Federais por Região.....	22
5.6 – RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	23
Recolhimentos de Impostos Municipais por Região.....	23
5.7 – MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR.....	24
Massa Salarial paga pelo Setor por Região..	24

5.8 – RECOLHIMENTOS PARA O FGTS.....	25
Recolhimentos para o FGTS	
por Região.....	25
5.9 – RECOLHIMENTOS PARA O INSS,	
“SISTEMA S” etc.....	26
Recolhimentos para o INSS,	
“Sistema S” etc. por Região.....	26
5.10 – INDENIZAÇÕES.....	27
Pagamento de Indenizações	
Diversas por Região.....	27
5.11 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS.....	28
Recolhimentos de Outros	
Encargos Sociais por Região.....	28
5.12 – PAGAMENTO DE BENEFÍCIO	
ALIMENTAÇÃO.....	29
Pagamento de Benefício Alimentação	
por Região.....	29
5.13 – PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE.....	30
Pagamento de Vale Transporte	
por Região.....	30
5.14 – CONSUMO DE UNIFORMES.....	31
Consumo de Uniformes	
por Região.....	31
5.15 – INVESTIMENTOS EM	
TREINAMENTO.....	32
Investimentos em Treinamento	
por Região.....	32
5.16 – ASSISTÊNCIA MÉDICA.....	33
Pagamento de Assistência Médica	
por Região.....	33
5.17 – SEGURO DE VIDA.....	34
Pagamento de Seguro	
de Vida por Região.....	34
OUTROS DADOS DE RELEVÂNCIA	
PARA O SETOR.....	35
5.18 – DESPESAS OPERACIONAIS.....	35
Despesas Operacionais por Região.....	35
5.19 – ARMAS LETAIS.....	36
5.20 – MUNIÇÕES.....	37
5.21 – CARROS FORTE.....	38
Distribuição dos Carros Forte	
e Veículos Leves de Transporte	
por Região.....	38
Evolução da Quantidade de	
Carros Forte por Região – 2005/2012....	39

5.22 – VEÍCULOS PARA ESCOLTA ARMADA	
E USO GERAL.....	40
Distribuição dos Veículos	
por Região.....	40
5.23 – CURSOS DE FORMAÇÃO.....	41
Distribuição e Evolução	
da Quantidade de Cursos	
de Formação por Região – 2004/2012..	41

6 – METODOLOGIA UTILIZADA..... 42

6.1 – NÚMERO DE EMPRESAS NO SETOR.....	42
6.2 – NÚMERO DE EMPREGADOS NO SETOR.....	42
6.3 – FATURAMENTO DO SETOR.....	42
6.4 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE EMPRESAS,	
TRABALHADORES E FATURAMENTO,	
POR REGIÃO.....	43
6.5 – RECOLHIMENTO DE	
IMPOSTOS FEDERAIS.....	43
6.6 – RECOLHIMENTO DE	
IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	43
6.7 – MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR.....	43
6.8 – RECOLHIMENTO PARA O FGTS.....	44
6.9 – RECOLHIMENTO PARA O INSS,	
“SISTEMA S” ETC.	44
6.10 – INDENIZAÇÕES.....	44
6.11 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS.....	44
6.12 – PAGAMENTO DE BENEFÍCIO	
ALIMENTAÇÃO.....	44
6.13 – PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE.....	45
6.14 – CONSUMO DE UNIFORMES.....	45
6.15 – INVESTIMENTOS EM TREINAMENTO.....	45
6.16 – ASSISTÊNCIA MÉDICA.....	45
6.17 – SEGURO DE VIDA.....	45
6.18 – DESPESAS OPERACIONAIS.....	45
6.19 – ARMAS LETAIS.....	45
6.20 – MUNIÇÕES.....	46
6.21 – CARROS FORTE.....	46
6.22 – VEÍCULOS PARA ESCOLTA	
ARMADA E USO GERAL.....	46
6.23 – CURSOS DE FORMAÇÃO.....	46
6.24 – FONTES DAS INFORMAÇÕES	
UTILIZADAS NESTE ESTUDO.....	46

7 – A FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores.....47

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo deste estudo é oferecer aos sindicatos, diretores, associados, empresários do segmento, estudiosos, contratantes, órgãos reguladores e fiscalizadores, imprensa, entidades de classe e sociedade, dados sobre o setor que possam ser utilizados como referência no relacionamento com o governo, o mercado e os meios de comunicação em geral. Também atualiza os dados da pesquisa realizada em 2004.

Fornece ainda uma referência do peso do setor na economia nacional e da sua posição como importante empregador de mão de obra e pagador de impostos.

1.2 – METODOLOGIA BÁSICA

As informações necessárias à elaboração deste estudo foram obtidas à partir de dados oficiais, principalmente da Polícia Federal, nos Cadernos

Técnicos do Ministério do Planejamento, no Diário Oficial da União, nos Acordos Coletivos Estaduais e nos Boletins e Estatísticas da Fenavist, produzidos com informações destas mesmas fontes. Como fontes de informações qualitativas, foram utilizados questionários enviados aos Sindicatos e Empresários do setor.

Todos os dados e estimativas deste estudo referem-se ao ano de 2012.

Maiores detalhes da metodologia e dos cálculos utilizados neste estudo estão informados no item 5.

1.3 – SETORES ABRANGIDOS POR ESTE ESTUDO

Este estudo abrange os setores que são representados pela Fenavist, com foco na Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada, Segurança Pessoal e Cursos de Formação de Vigilantes.

2 – ANÁLISE GLOBAL DO MERCADO

Estima-se que em 2012 as 2.282 Empresas de Segurança e Transporte de Valores movimentaram no Brasil cerca de R\$ 36 bilhões, empregando formalmente entre 680 e 700 mil trabalhadores, entre eles, de 620 a 640 mil vigilantes.

Conforme dados da Polícia Federal, geograficamente o mercado está concentrado nas Regiões Sul e Sudeste, onde encontramos 63,4% das empresas e 65,5% dos trabalhadores do setor. Fora destas regiões, alguns estados se destacam como Bahia, Ceará, Pernambuco, Goiás e o Distrito Federal, este último alavancado pelos negócios com o Governo Federal, forte tomador de serviços. Entre as regiões de maior crescimento, o destaque fica para o Nordeste que em 2012 já representava 18,8% do total de empresas.

Tradicionalmente os maiores mercados para o setor da segurança privada no Brasil (e no mundo) são os Bancos e o Setor Público, que nas esferas Federal e Estadual já é quase que 100% terceirizado. Em algumas regiões do País, como no Norte e Nordeste, a de-

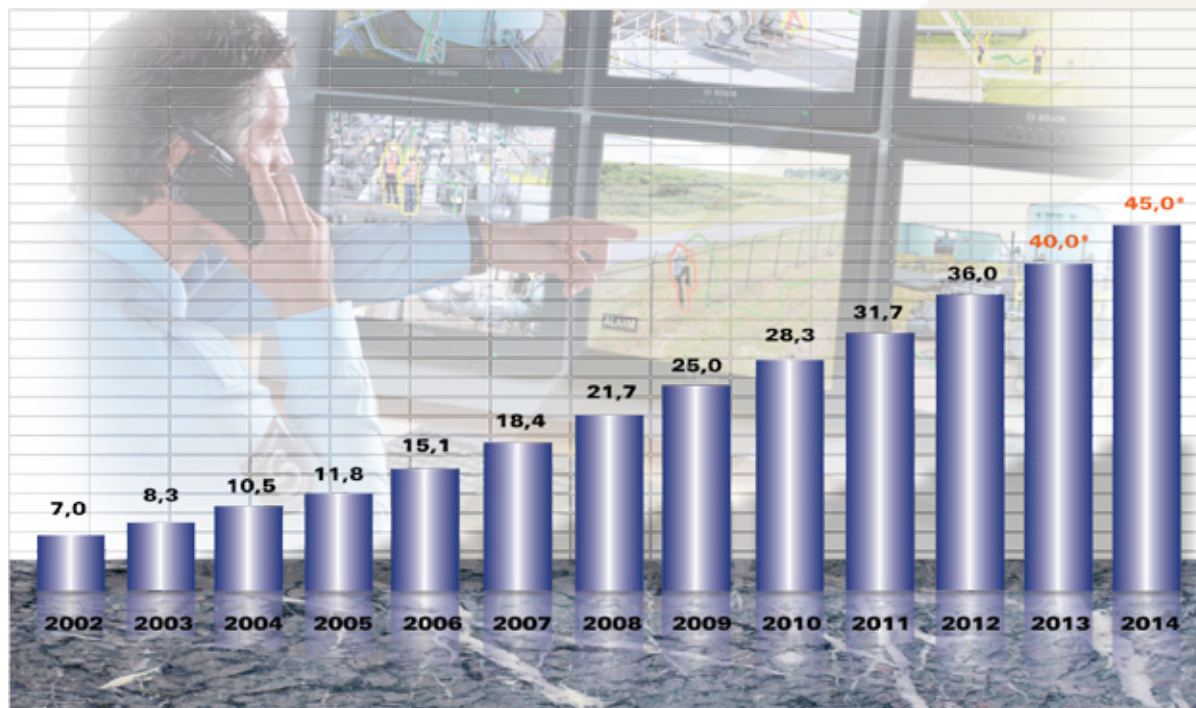
pendência do Setor Público é muito grande, trazendo uma desvantagem estratégica para as empresas locais, que ficam muito dependentes de um único segmento tomador dos seus serviços de segurança. Como agravante, é importante lembrar que, por lei, os serviços demandados pelo Governo são comprados através de leilões públicos, onde a qualidade, experiência e estrutura do fornecedor nem sempre são levadas em consideração, o que acaba nivelando todas as empresas apenas pelo preço ofertado.

2.1- CRESCIMENTO DO MERCADO

Os empresários que participaram da pesquisa estão otimistas com relação ao crescimento do mercado, que em 2012 acreditam ter ficado em 12%. Na média nacional, muito parecida em todas as regiões do País, as estimativas para 2013 e 2014 são de um crescimento de 11% e 13% respectivamente. A exceção fica com o Distrito Federal, onde os empresários estão ainda mais otimistas com previsões de 30% para o fechamento de 2012 e de 20% para 2013 e 2014. Nesta região a maioria acredita que os serviços demandados pelo Governo Federal e Distrital e a série de eventos previstos para a cidade irão alavancar o segmento de segurança em valores superiores à média nacional.

Evolução do Faturamento Nominal do Setor de Segurança Privada

2002 – 2014 - (R\$ bilhões)



Fonte: Fenavist - II ESSEG e estimativas e cálculos da Top Marketing Consultores
(*) Previsão dos Empresários do Setor

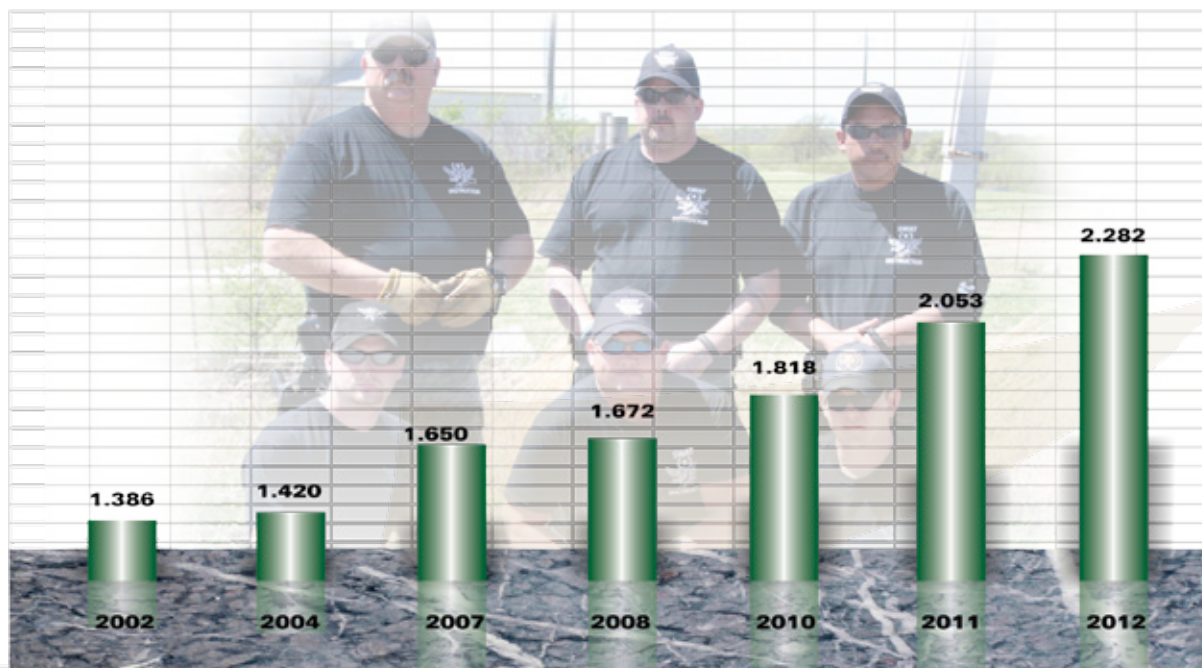
Na verdade a conjuntura nacional dá bons (e maus) motivos para tanto otimismo. O crescimento generalizado da urbanização e do poder aquisitivo da população, aumentando a demanda pelos mais variados serviços nas cidades, podem ser listados entre os bons motivos. O crescimento da violência urbana e o aumento do roubo de cargas e dos seqüestros ficam com o outro lado dos motivos para o crescimento do setor.

Estas mesmas razões também alavancaram o apareci-

mento de muitas novas empresas no setor. Em comparação com 2004, observa-se um crescimento de quase 61% no número de empresas, índice um pouco superior ao crescimento no número de vigilantes (57,5%) no mesmo período, indicando que estas novas empresas são, na sua maioria, de menor porte. Mesmo considerando a quantidade de empresas que abrem e fecham no segmento a cada ano, o saldo de quase 900 empresas no período de 8 anos mostra o crescimento da competitividade no setor, em todas as regiões do País.

Evolução do Número de Empresas de Segurança Privada

2002 - 2012



Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

O crescimento da terceirização na segurança também alavanca o aparecimento de novas empresas. Cada vez mais observa-se operações de segurança orgânica (empresas que possuem sua própria estrutura de segurança) migrando para soluções com Empresas de Segurança Privada, motivadas tanto pela busca da

qualidade e eficiência quanto pelos controles que a atividade e a Polícia Federal exigem. O quadro abaixo mostra uma redução de quase 15% na segurança orgânica de 2010 a 2012, enquanto que, no mesmo período o número de empresas de segurança cresceu mais de 25%.

Tipo de Empresa	2010	2012	Variação
Empresas de Segurança Privada	1.818	2.282	+25,5%
Empresas com Segurança Orgânica	1.679	1.432	-14,7%

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

2.2- TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES

O mercado de segurança privada tem vivido muitas mudanças nos últimos anos, o que obrigou a maioria das empresas a fazer adaptações em seus perfis operacionais e de oferta de serviços. O crescimento da urbanização, e consequentemente das periferias das grandes cidades, aliado à grande demanda por serviços da chamada “Nova Classe Média Brasileira”, tem levado a estas regiões novas agências bancárias, shoppings, supermercados e comércio em geral, carregando consigo seus fornecedores. Este movimento alavanca não só os serviços de segurança privada, mas também os de transporte de valores, incluindo a gestão de caixas eletrônicos.

Na opinião dos empresários entrevistados para este estudo, representantes de todas as regiões do País, outras tendências e oportunidades também são observadas:

- **Segurança Eletrônica:** O aumento da oferta de equipamentos eletrônicos de segurança e monitoramento, e a conseqüente redução dos seus preços, têm alavancado muito a sua utilização como apoio aos efetivos de segurança e, em alguns casos, até substituído a presença do vigilante. Sem considerar o acerto ou a eficácia deste movimento, pode-se observar uma forte tendência neste sentido, conforme a opinião unânime dos empresários entrevistados, e uma oportunidade que não pode ser desconsiderada, especialmente para aquelas empresas que possuem uma boa massa crítica de clientes com potencial para ações de ‘venda cruzada’ (também conhecidas como “cross selling” - venda de novos produtos e serviços nos clientes atuais).

- **Escolta Armada:** Com o crescimento da econo-

mia e do valor das cargas transportadas, como por exemplo, medicamentos e eletrônicos, também se observa um incremento no risco deste tipo de operação, aumentando a demanda por escoltas armadas.

- **Segurança Pessoal:** O risco e o crescimento de seqüestros de todo tipo, em especial nas grandes e médias cidades, tem levado pessoas e empresas à contratação de serviços de segurança pessoal. Embora represente um nicho de mercado menor, pela sua especificidade e volume, é mais uma tendência importante levantada pelos empresários do setor.

- **Armas não letais:** A utilização de armas não letais, como “Tasers” e similares, vem crescendo ano a ano, mostrando uma tendência à exemplo do que já ocorre nos chamados mercados mais desenvolvidos e maduros. Seu custo ainda alto, porém inibe uma utilização mais abrangente.

- **Conscientização dos Tomadores de Serviço:** Os empresários apontam uma evolução na conscientização dos tomadores sobre a necessidade de se contratar empresas regularmente constituídas, idôneas e estruturadas. Esta tendência, também observada em outros segmentos do setor de serviços, é o resultado do amadurecimento do mercado. Embora ainda lento este amadurecimento é contínuo e aponta para uma evolução positiva do setor. O decréscimo no número de empresas com segurança orgânica é mais uma prova desta evolução.

- **Mercados:** Como mercados potenciais para os próximos anos, os empresários apontaram os condomínios residenciais, shoppings centers, segurança em estabelecimentos penitenciários, se-

gurança rural e segurança de Eventos, este último beneficiado pela recente modificação na legislação.

2.3- AMEAÇAS

- As Principais

Os mesmos empresários entrevistados apontam a Concorrência Predatória e a conseqüente Guerra de Preços como dois dos grandes problemas a serem superados pelo setor. Esta concorrência predatória, na maioria das vezes executada por empresas irregulares ou com baixa qualificação, levou a uma queda nos valores médios dos contratos nos últimos anos, ou pela troca por um prestador de serviço mais barato ou pela simples redução dos preços para manter o cliente. Quando se dá no Setor Público, que compra serviços via concorrências públicas, quase sempre por pregões eletrônicos, esta guerra de preços é ainda mais danosa, já que a decisão será sempre tomada com base no menor preço. Por conta disto a rotatividade de empresas nos contratos públicos é muito grande, com as empresas de segurança sendo substituídas a cada final de contrato, muitas vezes até antes disto, por conta da impossibilidade da continuidade do serviço no preço ofertado.

Ao mesmo tempo o segmento vem enfrentando grande pressão dos tomadores de serviço para a redução dos preços dos contratos, dificultando o repasse anual dos aumentos dos salários e insumos. A substituição de parte do efetivo por sistemas de monitoria eletrônica tem sido a saída encontrada por muitas empresas para conseguir manter seus clientes e parte de suas margens.

A tendência observada é que a concorrência

predatória continue alimentando a pressão dos tomadores de serviço o que poderá trazer previsíveis conseqüências para o setor.

- A Escassez de Mão de Obra

O aquecimento da economia nacional nos últimos anos e o aumento da renda das chamadas classes mais baixas (C, D e E) foram especialmente bons para o País e sua distribuição socioeconômica, mas trouxeram um problema para o setor que é grande contratante de trabalhadores destas faixas sociais. A grande mobilidade social observada levou, nos últimos anos, cerca de 20 milhões de brasileiros a saírem das classes D/E e engrossarem a grande e nova classe média, a Classe C. Os trabalhadores e trabalhadoras desta nova Classe C demandam outros tipos de empregos, nem sempre melhores remunerados que os encontrados no setor de segurança. Por conta disto o segmento vem tendo grande dificuldade na contratação de mão de obra em muitas regiões, encontrando nesta tarefa enorme concorrência de outros setores econômicos, também aquecidos.

- Outras Ameaças ao setor

A Tributação e a Legislação Deficiente também foram apontadas como fatores que atrapalham o desenvolvimento sadio do setor de segurança privada no País.

Nota: De uma maneira geral pode-se perceber que os empresários sentem falta de uma maior integração regional, via Sindicatos e Fenavist. Acreditam que somente com união o setor conseguirá solucionar seus problemas e desafios, como estes apontados.



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, SISTEMAS DE SEGURANÇA
ELETRÔNICA, CURSOS DE FORMAÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES NO DISTRITO FEDERAL

Empresas associadas:



3 – TERCEIRIZAÇÃO:

Um dos pilares da modernização administrativa pública e privada

por Dra. Celita Oliveira Sousa

A evolução, expansão e diversificação da terceirização, tanto na Administração Pública quanto nas organizações privadas, marcam as últimas décadas.

As necessidades de busca pela competitividade no mercado local e global no âmbito das organizações privadas, e as necessidades de disponibilização de serviços e assistência à população cada vez mais crescente, no âmbito da Administração Pública que está obrigada pela Constituição ao princípio da eficiência, passam pelo primado da modernização da economia (meios de produção, distribuição e consumo) e pela modernização da administração, com o uso de técnicas corretas, estratégias e parcerias.

E, assim, a palavra de ordem é eficiência. O que em relação à iniciativa privada, por força da abertura dos mercados brasileiros ao comércio internacional e vice-versa, situa as boas parcerias como fator essencial para enfrentar os grandes desafios da alta competitividade. E em relação ao Estado, que além de não ser um ente isolado desse novo contexto social das profundas transformações econômicas e administrativas, a população brasileira se ampliou dos 90 milhões da década de setenta para mais de 180 milhões hoje, passando, assim, a ser imperio-

sa a implementação de políticas públicas e de estratégias administrativas dinâmicas, a fim de atender novas demandas por mais serviços com mais quantidade e qualidade, e isto tudo implica absorver as formas modernas advindas do conhecimento, aperfeiçoamento e do avanço da tecnologia.

Por força das resumidas razões supracitadas, as organizações privadas e o Estado vêm optando em larga escala pela terceirização, que nada mais é do que uma opção técnica de administração moderna, e eis que essa se afastou do contexto vertical em que a mesma empresa executava todas as ações inerentes ao seu funcionamento e finalidades, empregando todos os trabalhadores ou colaboradores. Nas organizações modernas é diferente, a opção é por um contexto horizontal, presidido pelas parcerias, em que o funcionamento e finalidades da organização são atingidos com a colaboração de várias outras, destacando-se na Administração Pública as Parcerias Público-Privadas hoje gerando grande esperança na solução dos problemas na área de estradas e administração de presídios, além dos vários serviços contratados com empresas privadas. O Brasil adota as formas modernas em larga escala, contando com todo um aparato de leis e atos normativos que dão a legalidade para terceirizar.

O Brasil é um país que claramente escreveu na sua Carta Política, Lei Maior, a sua Constituição, a sábia opção pela corrente intermediária do pensamento político moderno de como cumprir as finalidades do Estado ou realizar o bem comum. E, seguindo os ditames de sua Constituição, notadamente nos arts. 174 e 175, pode prestar serviços públicos diretamente ou delegar a empresas privadas, mediante prévia licitação pública, e deve se manter cumprindo o papel de “agente normativo e regulador da atividade econômica”, e exercendo “as funções de fiscalização, incentivo e planejamento como determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”.

E seguindo o comando superior de sua Carta Política e das leis vigentes, presta os serviços públicos, ou diretamente, ou sob regime de concessão e permissão, mediante contratos com organizações de direito privado, bem como realiza suas obras e serviços por meio de contratos com empresas privadas especializadas em diversas áreas empresariais, mediante prévias licitações públicas.

A prestação de serviços públicos por intermédio de organizações privadas situa-se como a terceirização no sentido lato sensu, segundo realçam os especialistas, destacando-se Peter Drukcer e William Bridges, abrangendo toda forma de realização de atividades e serviços por meio de terceiros, internas, externas, de serviços assistenciais, meio ambiente e sociais do Estado.

Já a contratação de atividades afetas à administração e auxiliares, tais como limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços de hospitalidade como de garçons, copeiras, recepcionistas, portarias, informática, refeições co-

letivas, transporte, segurança privada e tantas outras, são a terceirização stricto sensu, que compõem o universo de necessidades do Estado e das organizações empresariais em geral, como indispensáveis ao cumprimento de seus objetivos.

A terceirização em países como Estados Unidos teve início em 1850, especialmente na área de limpeza, segundo registram os historiadores e constam dos informativos da Federação Mundial de Empresas de Serviços de Limpeza, a Word Federation, que anualmente realiza o Congresso Mundial dessa atividade em um país diferente, tendo o Brasil recepcionado esse evento no ano de 1985, contando com a participação de mais de 600 congressistas, na grande maioria de outros países.

No Brasil, embora haja informação de contrato para execução de serviços de limpeza de rua no Rio de Janeiro, firmado na época do Império, o primeiro registro encontrado no Registro do Comércio é de 1930, segundo relatado pela escritora signatária do presente, em seu livro “As Empresas de Prestação de Serviços e as Normas Legais Vigentes”, lançado em 1984.

Pelos textos legais e nos dados das entidades sindicais, vê-se que a expansão da terceirização na Administração Pública brasileira se iniciou a partir de 1967, com o advento da grande Reforma Administrativa do Estado através do Decreto-Lei n. 200, que até hoje encontra-se em vigor, na parte referente à terceirização.

Só que a terceirização tem sido noticiada em todo o Brasil muitas vezes com enfoques negativos por falta de conhecimento e compreensão da realidade inerente aos contratos, e especialmente à composição de custos.

Não são raras as vezes que lemos e ouvimos na imprensa comentários como contratos milionários, tantos milhões pagos às empresas terceirizadas. Só que nesses milhões indicados nos comentários de jornais, TV e outros informativos, incluem-se as obrigações da empresa quanto ao pagamento dos impostos, dos encargos sociais, dos encargos trabalhistas, das contribuições, enfim, estão incluídos os elevados custos da relação de emprego no país, sabidamente alcançando patamares de mais de oitenta por cento, bem como os demais custos administrativos de funcionamento da empresa, como energia, água, esgoto, transportes, materiais, equipamentos, imóveis e tantos outros.

E o que é muito importante, e sempre as notícias omitem, nesses milhões que indicam, estão também os custos de fornecimentos de materiais e equipamentos para o órgão público ou outro contratante, que se fossem comprar diretamente do fornecedor teriam custos muito superiores porque não estariam como as empresas especializadas adquirindo em grandes quantidades para fornecimento aos seus vários contratantes. Teriam os órgãos públicos e outros contratantes, os custos de armazenamento ou guarda desses materiais, incluindo custo elevado de local, de pessoal e de energia, água, transporte e outros.

Ademais, desde Henry Ford já se comprovou cientificamente que a forma de administrar, com produção em série, reduz custos. E a prova dessa redução está visível na opção das empresas em geral, que terceirizam em grande escala.

E as formas de administração de séculos passados, lineares, definitivamente foram modernamente substituídas pelo contexto de horizontali-

zação, vindo as parcerias se tornarem o segredo do sucesso na produção, comercialização e na prestação de serviços públicos, além de outras técnicas hodiernas.

As empresas buscam soluções para diminuir seus custos; Reengenharia, (repensar a empresa) Just in Time (tempo justo), Downsizing (diminuir a estrutura), Terceirização (parcerias) etc., mas pouco se fala que toda esta luta tem apenas um foco: atender os consumidores, que são muito mais exigentes, principalmente após a promulgação do Código de Defesa do Consumidor, um marco histórico desta causa.

O sistema egocêntrico de competição desenfreada, trouxe muitos problemas, é verdade, como o aumento exagerado da economia informal, e formas "legais" de contratação como cooperativas de trabalho, estagiários, Organizações Sociais, Pessoas Jurídicas, etc.. Mas, neste desarranjado e modificado sistema, a terceirização tem sido um oásis, pois formaliza a mão-de-obra, gerando e distribuído rendas, além da geração de impostos. A terceirização tem ajudado milhares de pessoas, principalmente os jovens em primeiro emprego e àquelas com pouco, ou nenhuma, escolaridade, a encontrar um emprego, como os trabalhadores da área de limpeza por exemplo.

Se o mercado empresarial não tivesse a opção da terceirização, com certeza o índice de informalidade seria ainda maior, prejudicando toda a sociedade.

A terceirização já é o maior segmento empregador formal, cerca de 7 milhões de trabalhadores, dados de 2006, isso representa 9,8% do total da ocupação, 1,9% da terceirização no mundo, segundo o professor Pochmann.

Segue o professor: "Segundo dados da OIT, a cada ano, cerca de 45 milhões de novos trabalhos são gerados no mundo, dos quais 6 a 7 milhões são em função da terceirização. Por exemplo, o receituário médico nos Estados Unidos é passado, no final do dia, a um escritório indiano que digita e devolve para o sistema de saúde norte-americano. A Índia tem concentrado essas atividades.

O debate da convergências de interesses entre Estado, sindicatos dos trabalhadores e das empresas é fundamental porque temos a possibilidade de disputar um emprego que pode ficar aqui ou ir embora. (...) As 500 maiores empresas do mundo olham o globo para decidir se vão produzir aqui ou acolá. As condicionalidades para atrair empregos não se reduzem ao custo de mão-de-obra. Tem a logística e outros fatores."

Hoje os sindicatos que representam os trabalhadores terceirizados, são muito fortes, como na vigilância, na limpeza, na informática, nos serviços auxiliares prestados às empresas, no trabalho temporário etc. Só como exemplo cito as categorias de limpeza e serviços auxiliares as empresas (receptionistas, motoristas, porteiros, etc.), que tiveram seus salários, na última convenção, reajustados bem acima da inflação.

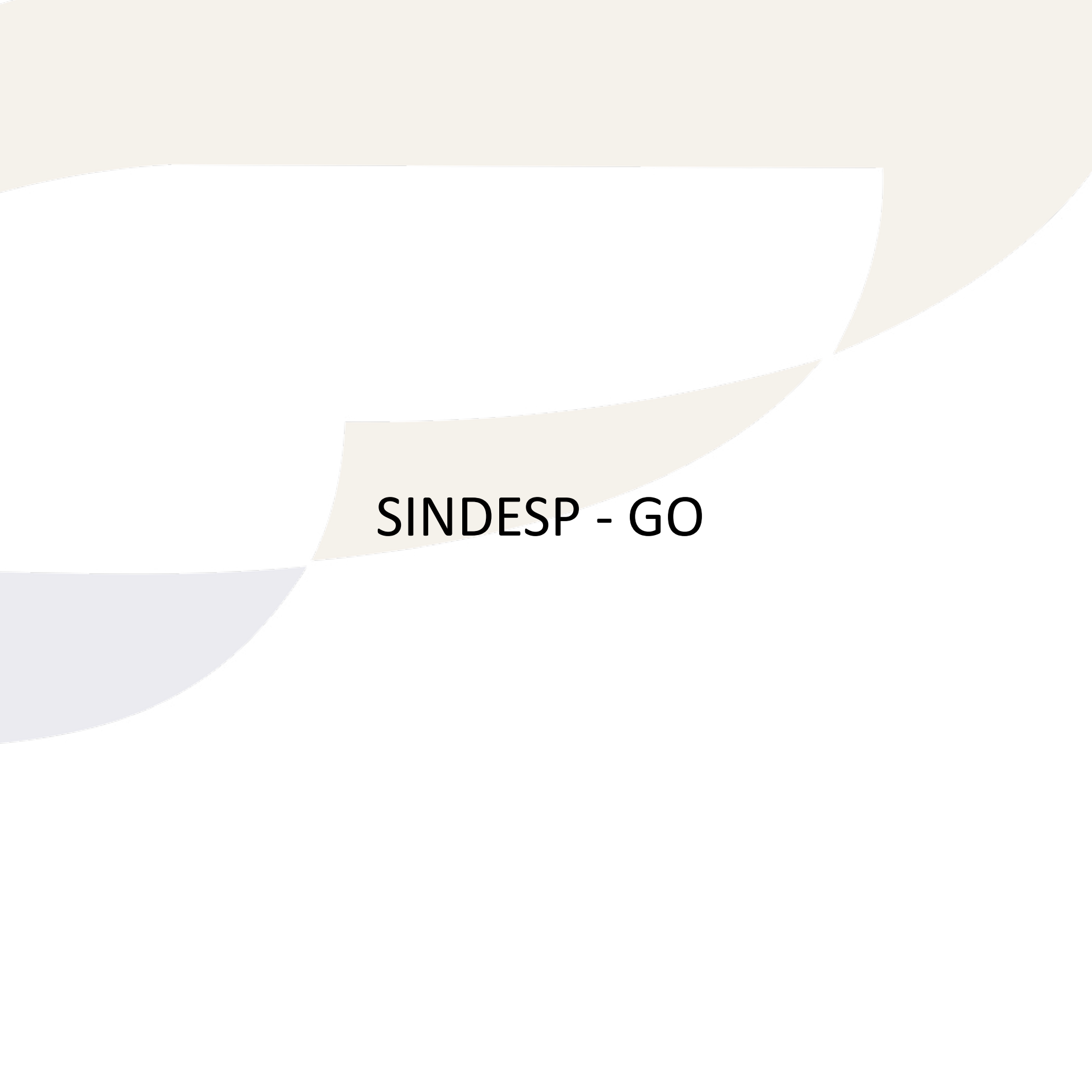
O sucesso da terceirização reside, portanto, na maneira como ela é praticada. Depende da transpa-

rência nas contratações, da condução de cada contrato, da efetiva parceria entre tomador e prestador de serviço, principalmente no estabelecimento de um preço justo, além da sua manutenção ao longo do contrato. A prestação de serviços efetuada sob os parâmetros legais não deve ser confundida com precarização do trabalho, até porque no Brasil ela é obrigatoriamente formal, na medida em que recolhe quase que a totalidade dos seus impostos, diretamente na fonte, e que por isso mesmo sofre, e muito, com a competição desleal da estratosférica economia informal e outras formas de contratação, como as falsas cooperativas de trabalho, que desvirtuam as relações trabalhistas por não pagar impostos e direitos dos trabalhadores.

Assim, é premente que se afastem as injustas críticas à terceirização, e as medidas desnecessárias levadas a cabo pelo Ministério Público do Trabalho contra contratos legais e relações de trabalho contempladas pela lei.

Dra. Celita Oliveira Sousa

Consultora Jurídica da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores Fenavist e várias outras organizações, Diretora da Ope Legis Consultoria Empresarial Ltda Advocacia Celita Oliveira Sousa e Colaboradores.



SINDESP - GO

4 – A SEGURANÇA PRIVADA NO MUNDO

A terceirização é um fenômeno mundial e o seu processo de crescimento é irreversível. Seu aparecimento se deu durante a 2ª Guerra Mundial, quando a indústria bélica americana e britânica, pressionada pela urgência e na busca pela eficiência, começou a dedicar a terceiros as atividades não vitais à produção de armamentos, equipamentos, veículos e navios. O sistema mostrou-se tão eficiente que, ao final do confronto e com os países retornando às atividades econômicas normais, começou a ser utilizado pelas empresas em geral, em especial nos Estados Unidos. Naquela época, as principais áreas a terem seus serviços terceirizados foram SEGURANÇA, limpeza e conservação e transportes. Mais tarde, e com o aparecimento de novas atividades e tecnologias, incorporaram-se os serviços de alimentação, contabilidade, assessoria jurídica, recursos humanos, serviços de informática e processamento de dados e atendimento ao cliente (call centers).

Em 1995 a American Society for Training & Development (ASTD), calculou que o nível de terceirização nos Estados Unidos já era superior a 68%, ou seja, de cada 10 serviços demandados pelas empresas 6,8 já eram fornecidos por terceiros. Existem razões para acreditar que os índices europeus, especialmente na chamada Europa Ocidental, devam ser atualmente iguais ou até superiores ao Norte Americano.

É importante observar que, mesmo nestes países, o conceito de terceirização foi evoluindo até se tornar uma ferramenta estratégica de gestão, como a conhecemos hoje. Sua base conceitual é de que, em um mundo competitivo e global como o que vivemos hoje, é fundamental que as empresas se concentrem na sua atividade fim, focando toda a sua energia e criatividade

de no seu negócio, seu mercado, seus concorrentes e, principalmente, nos seus clientes. A terceirização funciona assim como um poupador de tempo e energia para que seus contratantes possam executar suas estratégias de negócio. Este mesmo caminho está sendo trilhado pelo Brasil.

- Europa

De acordo com a Confederação Européia de Serviços de Segurança (CoESS), o mercado europeu de segurança privada, composto pelos 27 países da Comunidade Européia mais Bósnia, Croácia, Macedônia, Noruega, Suécia, Suíça e Turquia, movimentou em 2010 (seu último dado disponível) cerca de € 35 bilhões com tendência de crescimento na maioria dos países, apesar da crise econômica que a região já enfrentava àquela época. Apenas Espanha, Portugal e Grécia apresentavam, ao final daquele ano, uma clara tendência de queda em seus mercados, com a Itália demonstrando ainda estabilidade em seus números.

O mercado europeu apresenta diferentes níveis de maturidade, dependendo dos países analisados. Países como Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, Holanda, e Turquia, por exemplo, possuem mercados bem desenvolvidos e regulamentados, com altos níveis de terceirização, enquanto aqueles do Leste Europeu ainda consolidam seus segmentos de segurança privada terceirizada. Em todos eles, porém, o movimento de terceirização é uma realidade em constante crescimento, adotada pelos tomadores de serviço como uma estratégia de gestão corporativa o que beneficia o setor local de segurança privada, incluindo o de transporte de valores.

Dados da Segurança Privada na Europa – 2010

Faturamento	€ 35 bilhões (R\$ 78 bilhões)
Crescimento 2010 / 2005	+ 13,3%
Número de Empresa	52.300 (2010)
	27.400 (2007)
Número de Vigilantes	2,2 milhões em 2010
	1,0 milhão em 2003
Perfil dos Vigilantes	Idade Média = 35 anos Homens = 83% Mulheres = 17% Rotatividade Anual Média = 33,3%
Número de Carros- Fortes	entre 15.000 e 17.000
Número de Vigilantes por 10.000 habitantes	Europa = 31,11 (2010)
	Brasil = 26,26 (2010)
	Brasil = 32,64 (2012)
Número de Policiais por 10.000 habitantes	Europa = 36,28 (2010)
	Brasil = 21,76 (2012)

Fontes: Confederation of European Security Services (CoESS) – www.coess.eu

CoESS Facts and Figures – 2011

Dados sobre o Brasil (2012): Estimativas de 420 mil policiais no País,

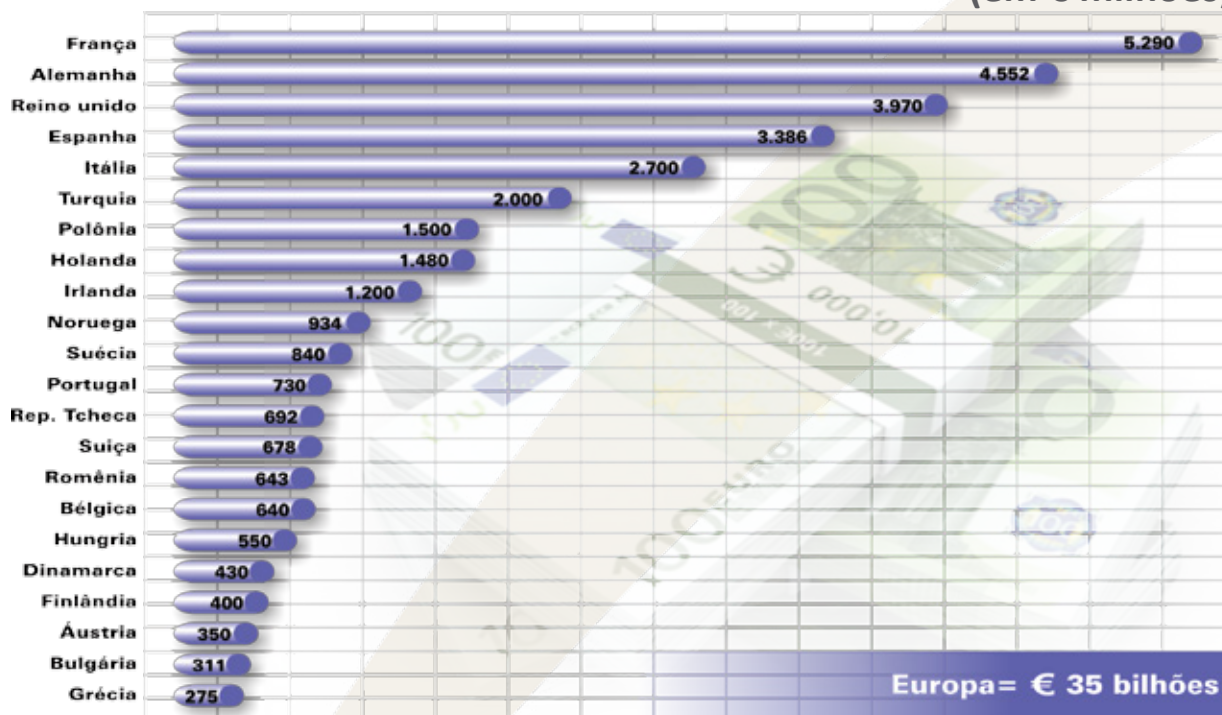
População de 193 milhões e 630 mil Vigilantes.

População em 2010 (Censo IBGE) = 190.755.799

IBGE – www.ibge.gov.br

Faturamento da Segurança Privada na Europa* e Principais Países – 2010

(em € milhões)



Fonte: Confederation of European Security Services (CoESS) – www.coess.eu (CoESS Facts and Figures – 2011)

(*) 34 países representados pela CoESS = Todos os 27 países da Comunidade Europeia mais Bósnia, Croácia, Macedônia, Noruega, Suécia, Suíça e Turquia

- América Latina

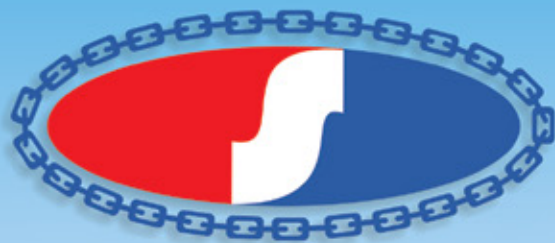
O mercado composto pelos países da América Latina pode ser ainda considerado novo, com a maioria das empresas possuindo menos de 25-30 anos, e forte dependência dos Setores Públicos em seus respectivos países.

Muitos países carecem de legislação adequada e sofrem com a concorrência informal e despreparada, quadro que vem sendo melhorado ao longo dos últimos anos. De acordo com a Federação Panamericana de Segurança Privada - FEPASEP, em 2011 o Brasil tinha cerca de 1,4 milhão de vigilantes informais,

número 2,5 vezes maior que o de vigilantes formalmente contratados, proporção só superada na região pelo México, com 2,75 vezes maior.

Ainda de acordo com a Federação, no período de 2000 a 2011, a segurança privada latino-americana contratou formalmente 356 mil novos vigilantes, enquanto que o contingente de policiais reduziu-se em mais de 517 mil.

A região é considerada pelo mercado como a de maior potencial de crescimento para a segurança privada no mundo, com taxas anuais de 5% a 7%. Os principais mercados são México, Colômbia e Argentina, além do próprio Brasil, o maior de todos.



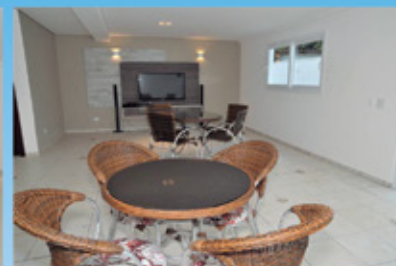
sindesp

PR

Rua João Parolin, 1416 – Curitiba/Paraná

Telefone: (41) 3233-6787

Site: www.sindesp-pr.org.br



O SINDESP-PR a mais de 25 anos, está atuando firme em defesa dos interesses das empresas que atuam nesse segmento. Para melhor atender seus associados, conta agora com uma nova sede instalada em um terreno com mais de 1.000 m2. Dispõe de auditório totalmente equipado com capacidade para 64 pessoas, sala de reuniões, sala administrativa, estacionamento e Home Space.

Empresas associadas:



5 – NÚMEROS DO SETOR (Base 2012)

5.1 – NÚMERO DE EMPRESAS

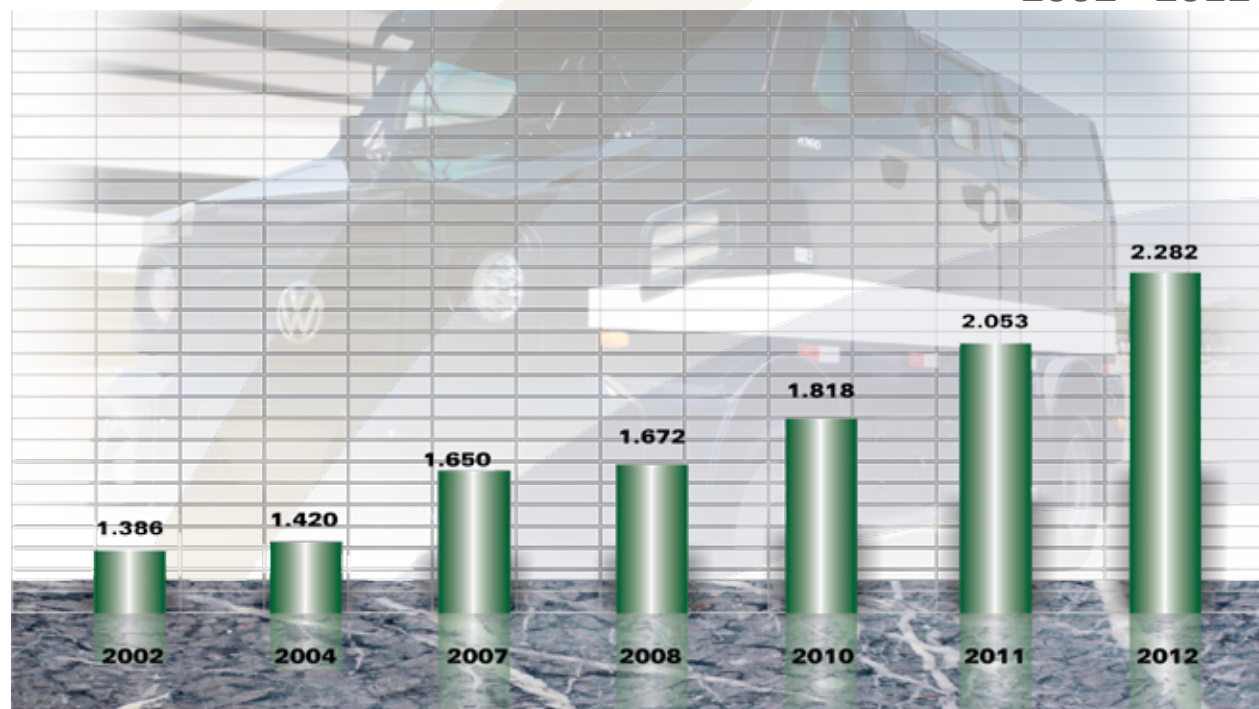
2.282 Empresas

Em comparação com 2004 (1.420 empresas), observa-se um crescimento nestes 8 anos de quase 61% no número de empresas, índice um pouco superior ao crescimento do número de vigilantes (57,5%) no mesmo período, indicando que estas novas em-

presas são, na sua maioria, de menor porte. Mesmo considerando a quantidade de empresas que abrem e fecham no segmento a cada ano, o saldo de quase 900 empresas mostra o crescimento da competitividade no setor em todas as regiões do País.

Evolução do Número de Empresas de Segurança Privada

2002 - 2012

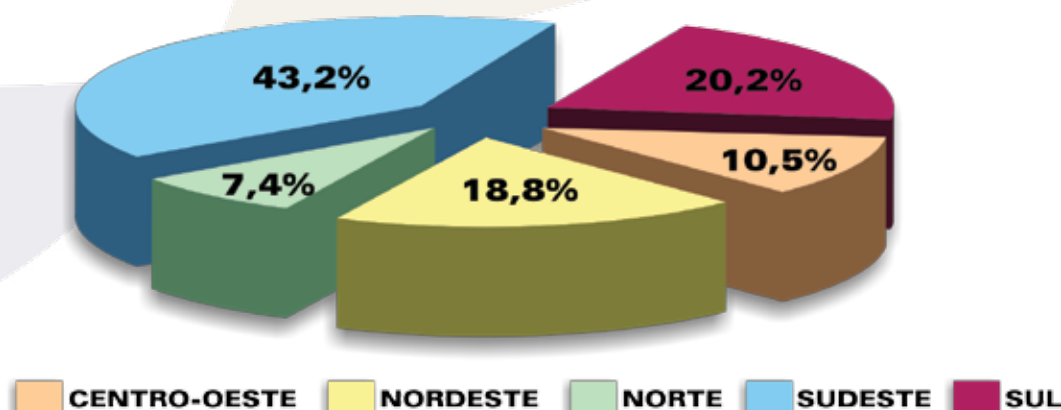


Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

Distribuição das Empresas por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Empresas
Centro-Oeste	10,5%	239
Nordeste	18,8%	429
Norte	7,4%	168
Sudeste	43,2%	986
Sul	20,2%	460
Total	100%	2.282

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada



Como em quase todos os mercados no País, as Regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte das empresas de segurança privada, com 63,4% delas ou 1.446 das 2.282 empresas do setor, seguidos da Região Nordeste, hoje o 3º maior mercado. A Região Norte

apresenta o maior crescimento percentual no número de empresas enquanto que na Região Centro-Oeste, o Estado de Goiás e o Distrito Federal concentram a maior parte das empresas, principalmente por conta dos serviços demandados pelo Governo Federal.

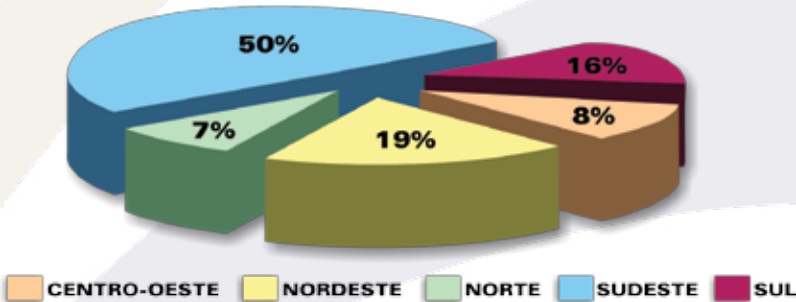
5.2 – NÚMERO DE TRABALHADORES NO SETOR

620 a 640 mil Vigilantes
60 a 61 mil Administrativos e Gerência

Em comparação com o número de vigilantes em 2004 (400 mil), observa-se um crescimento de 57,5% em 8 anos.

Estimativa da Distribuição dos Trabalhadores por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Trabalhadores
Centro-Oeste	8%	55.000 a 57.000
Nordeste	19%	131.000 a 137.000
Norte	7%	46.000 a 48.000
Sudeste	50%	334.000 a 348.000
Sul	16%	108.000 a 112.000



Também na distribuição da mão de obra encontra-se a mesma concentração nas Regiões Sul e Sudeste, com 66% dos cerca de 690 mil trabalhadores

empregados pelo setor. A Região Nordeste é o 2º maior empregador do Brasil, embora tenha menos empresas que o Sul, o 2º no número de empresas.

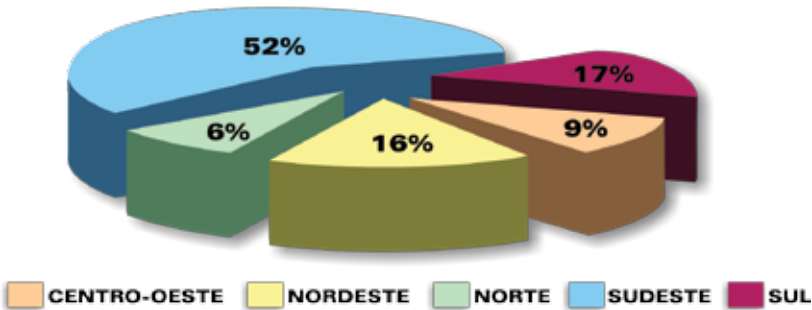
Estes dados sugerem que a concentração de mercado nas mãos de empresas de maior porte é maior no Nordeste e que no Sul o mercado está um pouco mais pulverizado. Pode-se ainda inferir que as empresas da Região Nordeste utilizam menos os recursos da Segurança Eletrônica.

5.3 – FATURAMENTO DO SETOR

R\$ 35 a 37 bilhões/ano

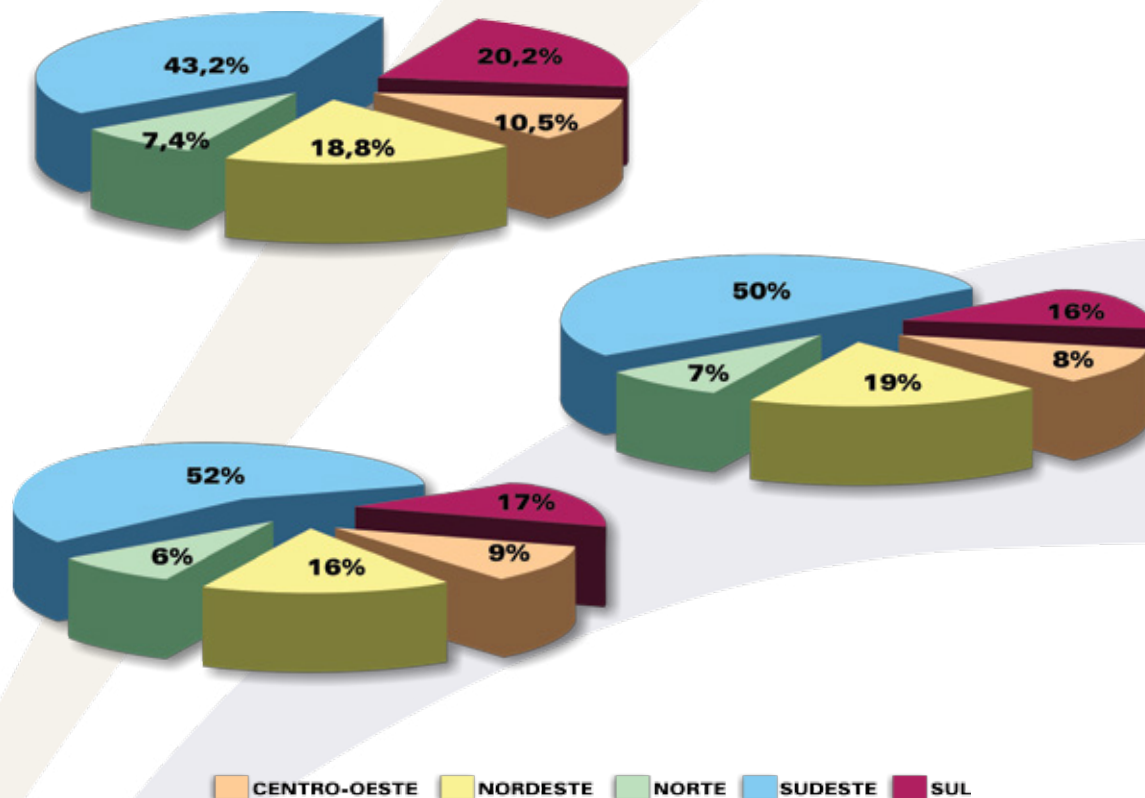
Faturamento por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Faturamento
Centro-Oeste	9%	R\$ 3,2 a 3,4 bilhões
Nordeste	16%	R\$ 5,7 a 5,9 bilhões
Norte	6%	R\$ 2,1 a 2,2 bilhões
Sudeste	52%	R\$ 18,5 a 19,3 bilhões
Sul	17%	R\$ 5,9 a 6,1 bilhões



5.4 – RESUMO DO NÚMERO DE EMPRESAS,
TRABALHADORES E FATURAMENTO, POR REGIÃO, EM %.

Regiões	% s/ o Total de Empresas	% s/ o Total de Trabalhadores	% s/ o Total do Faturamento
Centro-Oeste	10,5%	8%	9%
Nordeste	18,8%	19%	16%
Norte	7,4%	7%	6%
Sudeste	43,2%	50%	52%
Sul	20,2%	16%	17%



5.5 – RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS FEDERAIS

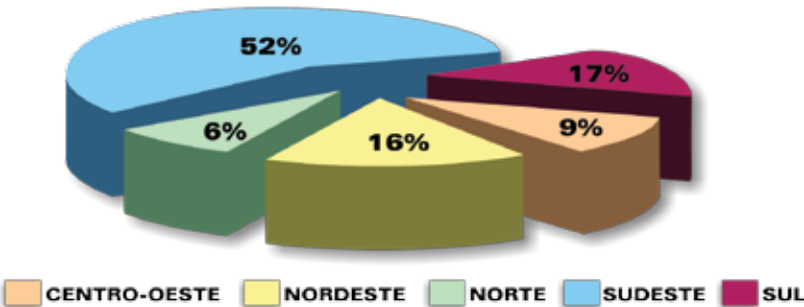
R\$ 2.9 a 3,0 bilhões/ano

Obs.: Inclui PIS, COFINS, CSLL, e IRPJ.

O setor é grande pagador de impostos Federais e Municipais. Junto com o ISS e os chamados Impostos Trabalhistas (FGTS, INSS e Sistema “S”), contribuiu em 2012 com quase R\$ 10 bilhões para os cofres públicos, ou quase 28% do seu faturamento bruto.

Recolhimentos de Impostos Federais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	R\$ 259 a 269 milhões
Nordeste	16%	R\$ 459 a 468 milhões
Norte	6%	R\$ 174 a 182 milhões
Sudeste	52%	R\$ 1,50 a 1,56 bilhão
Sul	17%	R\$ 475 a 495 milhões



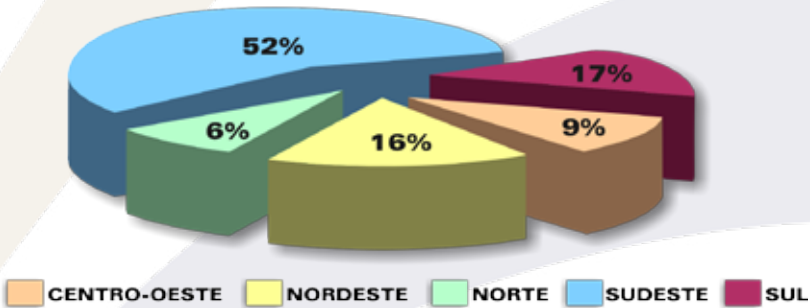
5.6 – RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS

R\$ 1,5 a 1,6 bilhão/ano

Obs.: Especialmente de ISS – Imposto Sobre Serviços.

Recolhimentos de Impostos Municipais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	R\$ 136 a 141 milhões
Nordeste	16%	R\$ 236 a 246 milhões
Norte	6%	R\$ 91 a 195 milhões
Sudeste	52%	R\$ 785 a 820 milhões
Sul	17%	R\$ 249 a 249 milhões



Existem ainda outras taxas municipais a considerar como IPTU e Taxas de Fiscalização que, assim como o ISS, variam de cidade a cidade.

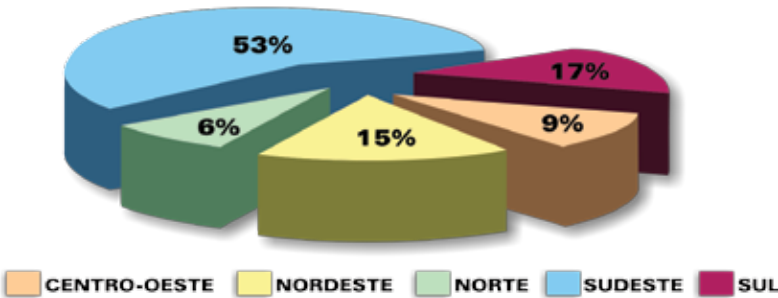
5.7 – MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR

R\$ 12,7 a 13,3 bilhões/ano

Obs.: Inclui Vigilantes (44 hs semanais, 12x36 diurno e 12x36 noturno), Supervisores, Gerentes, Pessoal Administrativo etc.

Massa Salarial paga pelo Setor por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Massa Salarial
Centro-Oeste	9%	R\$ 1,14 a 1,15 bilhão
Nordeste	15%	R\$ 2,02 a 2,03 bilhões
Norte	6%	R\$ 0,76 a 0,80 bilhão
Sudeste	53%	R\$ 6,80 a 7,00 bilhões
Sul	17%	R\$ 2,13 a 2,21 bilhões

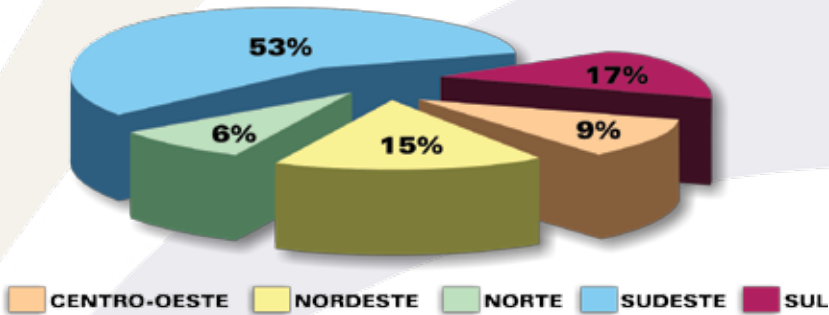


5.8 – RECOLHIMENTOS PARA O FGTS

R\$ 1,30 a 1,36 bilhão/ano

Recolhimentos para o FGTS por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	R\$ 115 a 119 milhões
Nordeste	15%	R\$ 204 a 212 milhões
Norte	6%	R\$ 78 a 82 milhões
Sudeste	53%	R\$ 690 a 717 milhões
Sul	17%	R\$ 218 a 226 milhões



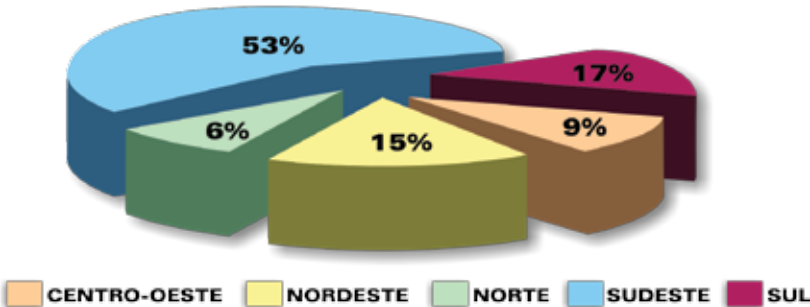
5.9 – RECOLHIMENTOS PARA O INSS, “SISTEMA S” ETC.

R\$ 4,1 a 4,3 bilhões/ano

Obs.: somente o valor referente às empresas e inclui recolhimentos ao INSS, “Sistema S” (Senac, Sesc e Sebrae, principalmente), Incra, Seguro de Acidentes de Trabalho e Salário Educação.

Recolhimentos para o INSS,
“Sistema S” etc. por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Recolhimento
Centro-Oeste	9%	R\$ 363 a 377 milhões
Nordeste	15%	R\$ 640 a 666 milhões
Norte	6%	R\$ 247 a 257 milhões
Sudeste	53%	R\$ 2,16 a 2,25 bilhões
Sul	17%	R\$ 684 a 712 milhões



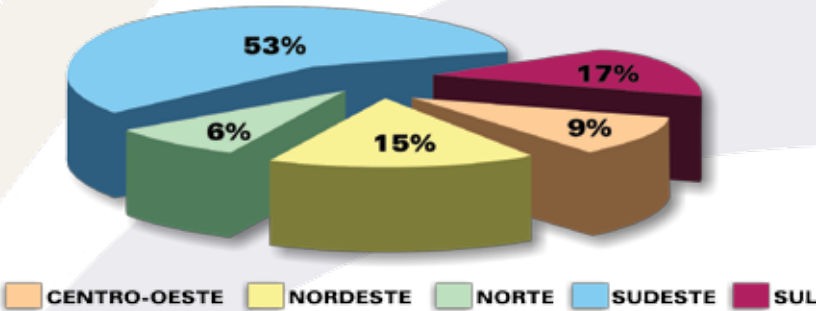
5.10 – INDENIZAÇÕES

R\$ 1,47 a 1,53 bilhões/ano

Inclui: rescisão com e sem justa causa, aviso prévio indenizado e indenização adicional.

Pagamento de Indenizações Diversas por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	9%	R\$ 130 a 136 milhões
Nordeste	15%	R\$ 230 a 240 milhões
Norte	6%	R\$ 88 a 92 milhões
Sudeste	53%	R\$ 780 a 810 milhões
Sul	17%	R\$ 245 a 255 milhões



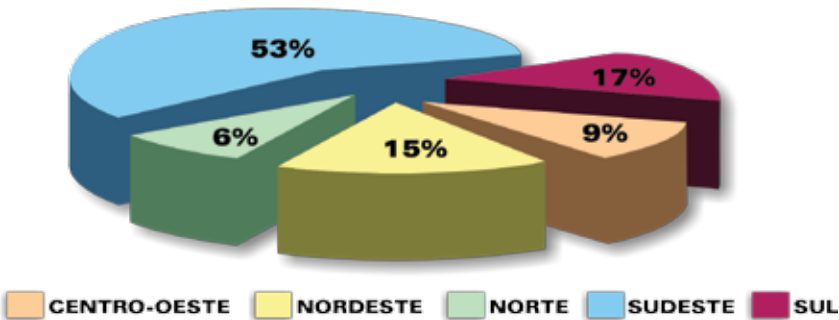
5.11 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS

R\$ 1,06 a 1,11 bilhões/ano

Inclui: aviso prévio, licença paternidade, auxílio doença, faltas legais e acidentes do trabalho.

Recolhimentos de Outros Encargos Sociais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	9%	R\$ 97 a 101 milhões
Nordeste	15%	R\$ 168 a 174 milhões
Norte	6%	R\$ 65 a 67 milhões
Sudeste	53%	R\$ 560 a 582 milhões
Sul	17%	R\$ 177 a 185 milhões



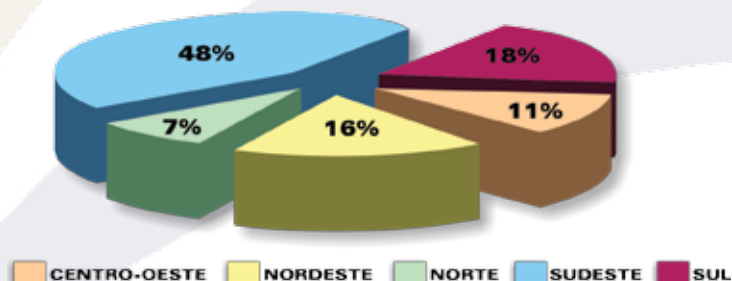
5.12 – PAGAMENTO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO

R\$ 1,57 a 1,63 bilhões/ano

Obs.: Nos acordos coletivos de alguns Estados, encontramos também o pagamento adicional de cestas básicas, que somaram de R\$ 95 a 100 milhões em 2012, e que estão incluídos nos valores acima.

Pagamento de Benefício Alimentação por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	11%	R\$ 182 a 190 milhões
Nordeste	16%	R\$ 248 a 258 milhões
Norte	7%	R\$ 110 a 114 milhões
Sudeste	48%	R\$ 750 a 780 milhões
Sul	18%	R\$ 281 a 293 milhões



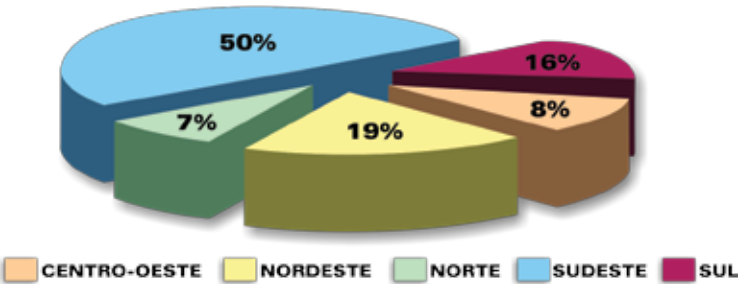
5.13 – PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE

R\$ 650 a 680 milhões

Somente a parte paga pelo empregador.

Pagamento de Vale Transporte por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	8%	R\$ 53 a 55 milhões
Nordeste	19%	R\$ 126 a 132 milhões
Norte	7%	R\$ 45 a 47 milhões
Sudeste	50%	R\$ 323 a 337 milhões
Sul	16%	R\$ 104 a 108 milhões

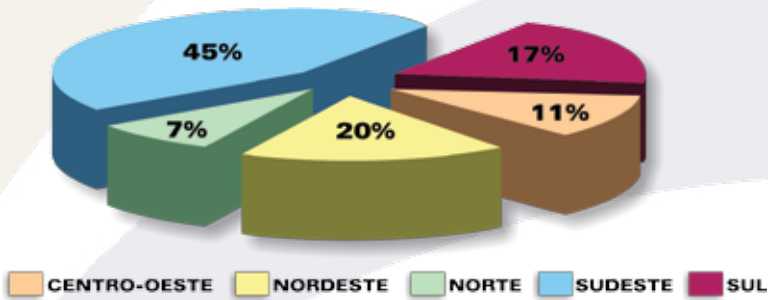


5.14 – CONSUMO DE UNIFORMES

R\$ 296 a 308 milhões/ano

Consumo de Uniformes por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Consumo
Centro-Oeste	11%	R\$ 31,3 a 32,7 milhões
Nordeste	20%	R\$ 60,0 a 62,0 milhões
Norte	7%	R\$ 21,5 a 22,5 milhões
Sudeste	45%	R\$ 133,0 a 139,0 milhões
Sul	17%	R\$ 50,0 a 52,0 milhões



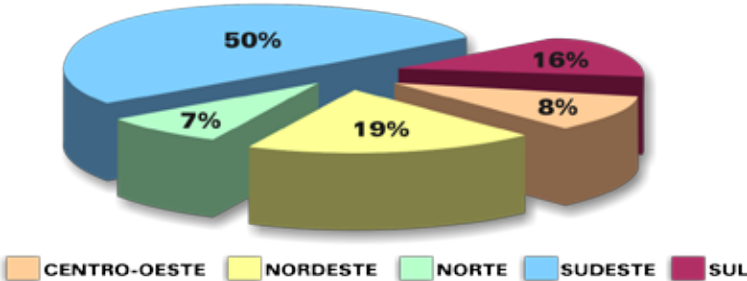
5.15 – INVESTIMENTOS EM TREINAMENTO

R\$ 132 a 138 milhões/ano

A carência de mão de obra e a crescente rotatividade explicam estes números. O setor investe fortemente na formação dos vigilantes ao mesmo tempo em que utiliza o treinamento continuado como ferramenta de retenção de funcionários.

Investimentos em Treinamento por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Investimento
Centro-Oeste	8%	R\$ 10,8 a 11,2 milhões
Nordeste	19%	R\$ 25,5 a 26,5 milhões
Norte	7%	R\$ 8,8 a 9,2 milhões
Sudeste	50%	R\$ 66,0 a 68,0 milhões
Sul	16%	R\$ 21,5 a 22,5 milhões



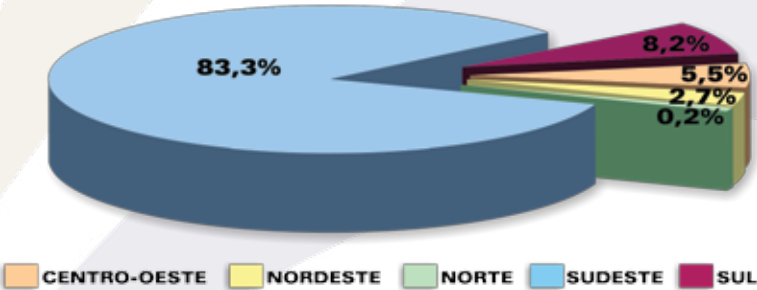
5.16 – ASSISTÊNCIA MÉDICA

R\$ 265 a 275 milhões/ano

O fornecimento do benefício de Assistência Médica complementar é encontrado nos acordos coletivos de alguns Estados.

Pagamento de Assistência Médica por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	5,5%	R\$ 14,63 a 15,2 milhões
Nordeste	2,7%	R\$ 7,3 a 7,5 milhões
Norte	0,2%	R\$ 0,6 milhão
Sudeste	83,3%	R\$ 220,7 a 229,7 milhões
Sul	8,2%	R\$ 21,6 a 22,4 milhões



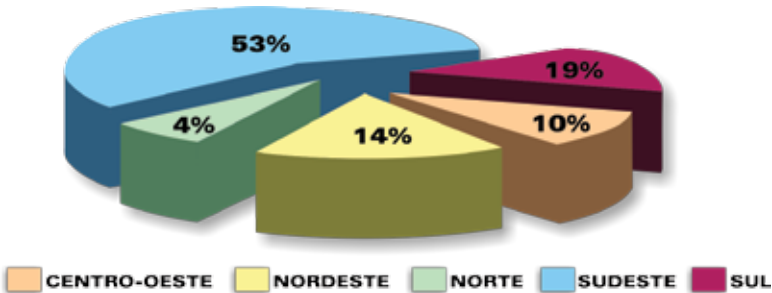
5.17 – SEGURO DE VIDA

R\$ 61 a 64 milhões/ano

Todos os Acordos Coletivos contemplam este benefício, que é previsto na lei 7.102/83, cujo valor individual varia por Estado e foi considerado para o cálculo total.

Pagamento de Seguro de Vida por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	10%	R\$ 6,0 a 6,2 milhões
Nordeste	14%	R\$ 8,9 a 9,3 milhões
Norte	4%	R\$ 2,7 a 2,9 milhões
Sudeste	53%	R\$ 32,27 a 33,5 milhões
Sul	19%	R\$ 11,5 a 11,9 milhões



OUTROS DADOS DE RELEVÂNCIA PARA O SETOR

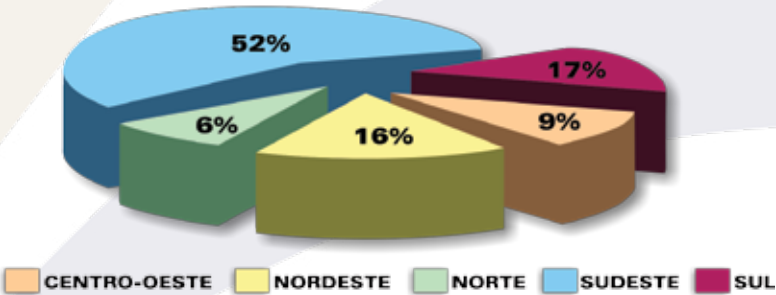
5.18 – DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ 3,8 a 4,0 bilhões/ano

Inclui: Equipamentos, Exames Médicos de Saúde Ocupacional, Fiscalização, Reserva Técnica, EPIs, Custo de Reposição da Infra-Jornada etc.

Despesas Operacionais por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Pagamento
Centro-Oeste	9%	R\$ 350 a 360 milhões
Nordeste	16%	R\$ 610 a 640 milhões
Norte	6%	R\$ 235 a 245 milhões
Sudeste	52%	R\$ 2,0 a 2,1 bilhões
Sul	17%	R\$ 640 a 660 milhões



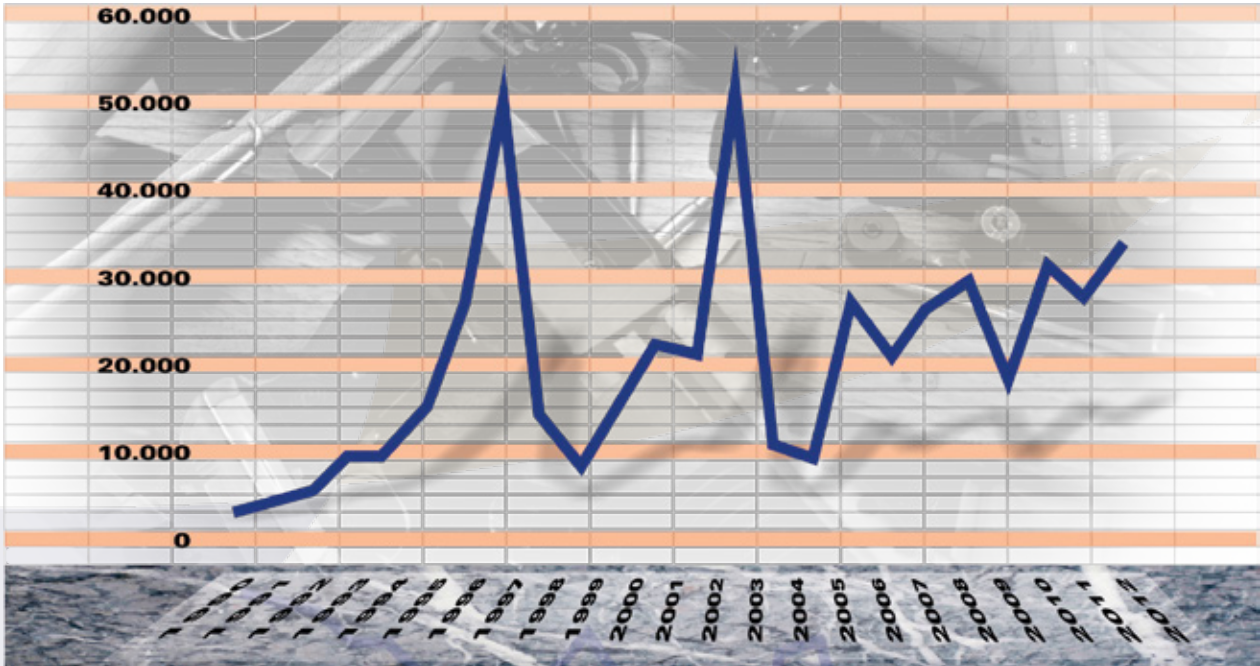
5.19 – ARMAS LETAIS

De acordo com a Polícia Federal, as armas mais autorizadas para as empresas de segurança privada são:



EVOLUÇÃO DA COMPRA DE ARMAS LETAIS

1990/2012





1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
4.281	5.489	9.587	9.929	16.186	28.529	54.400	
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
14.652	8.402	15.318	22.945	22.256	53.343	10.857	9.572
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
28.712	21.874	27.825	31.185	19.326	32.869	28.905	35.924

Diário Oficial da União - DOU (em unidades)

Nota: Os picos de crescimento observados em 1995 e em 2002 refletem o grande número de empresas abertas naqueles anos. A utilização de armas não letais, como “Tasers” e similares, vem crescendo ano a ano, mostrando uma tendência à exemplo do que já ocorre nos chamados mercados mais desenvolvidos e maduros.

5.20 – MUNIÇÕES

EVOLUÇÃO DA COMPRA DE MUNIÇÕES

1990/2012





1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
813.383	2.046.583	687.024	1.275.892	1.330.210	3.698.094	2.303.214	
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1.574.060	1.447.322	2.474.714	1.852.710	3.008.288	2.231.913	2.557.994	2.772.010
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
3.017.100	3.793.505	3.362.425	4.026.963	7.101.835	7.852.672	7.803.187	8.190.200

Diário Oficial da União - DOU (em unidades)

Nota: O pico de crescimento observado em 1995 reflete o grande número de empresas abertas naquele ano.

5.21 – CARROS FORTE

Importante indicador do segmento de Transporte de Valores, as 355 empresas existentes no mercado em 2012, administram uma frota de 4.442 Carros Forte além de 815 Veículos Leves para o mesmo uso, em todo o País.

Distribuição dos Carros Forte e Veículos Leves de Transporte por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Número de Carros-Fortes	Número de Veículos Leves	Total
Centro-Oeste	9,25%	397	89	486
Nordeste	13,6%	684	33	717
Norte	7,8%	375	36	411
Sudeste	54,4%	2.274	585	2.859
Sul	14,9%	712	72	784
Total	100%	4.442	815	5.257

Fonte: Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

A partir do número de Carros Forte é possível fazer uma série de análises sobre a evolução do segmento de Transporte de Valores, considerando, porém as diferenças entre as Regiões do País. A reorganização do setor bancário, a estabilidade da moeda e a crescente utilização de cartões de débito e de crédito reduziram a frota nos mercados mais importantes nos últimos 7 anos, em especial na Região Sudeste, tradicional centro financeiro do País. A maioria das empresas procurou compensar a redução dos seus mercados tradicionais com a prestação de outros serviços como a custódia de valores e documentos e seu processamento, além da gestão, manutenção e abastecimento de caixas eletrônicos.

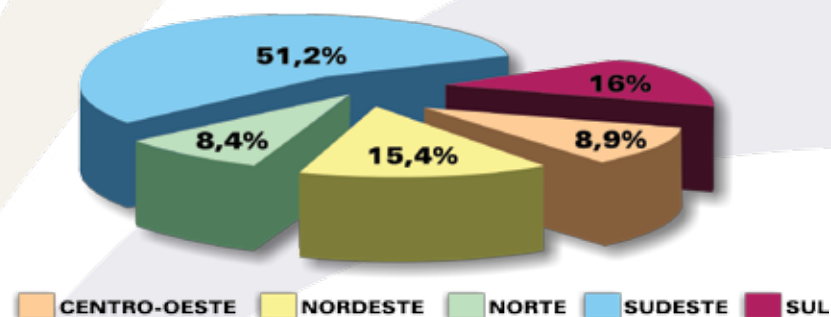
Este movimento, contudo não foi suficiente para compensar totalmente a grande redução da frota, em especial na Região Sul. Na Região Nordeste, esta compensação pode ser percebida, com a estabilização da sua frota nos últimos 7 anos. Na Região Centro-Oeste a forte demanda do Governo Federal e de suas empresas fez com que o mercado apresentasse expressivo crescimento. A redução nas movimentações financeiras foi plenamente compensada por outras atividades ainda dependentes do uso do Carro Forte. Nas Regiões Sul e Norte a redução das frotas orgânicas com a conseqüente contratação de empresas especializadas e a prestação de novos serviços foram os responsáveis pelo crescimento da frota.

Evolução da Quantidade de Carros Forte por Região (Somente Carros Fortes)

2005/2012

Regiões	% s/ o Total 2005	2005	% s/ o Total 2012	2012	Evolução 2012/2005
Centro-Oeste	6,8%	294	8,9%	397	+35,0%
Nordeste	16,1%	695	15,4%	684	-1,6%
Norte	3,7%	162	8,4%	375	+131%
Sudeste	62,2%	2.691	51,2%	2.274	-15,5%
Sul	11,2%	487	16,0%	712	+46,2%
Total	100%	4.329	100%	4.442	+2,6%

Distribuição dos Carros Forte por Região - 2012



Fonte: Departamento de Polícia Federal
CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada e Fenavist - II ESSEG

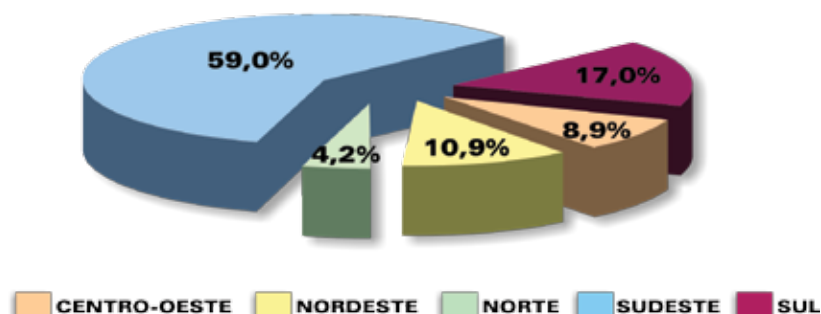
5.22 – VEÍCULOS PARA ESCOLTA ARMADA E USO GERAL

O setor é grande consumidor de veículos para Escolta Armada, Supervisão e uso geral. No final de 2012, a Polícia Federal registrava 3.570 veículos de Escolta Armada mais 7.324 para outros usos, totalizando 10.894 veículos em operação.

Estima-se que a frota seja renovada a cada 3 anos, o que significa que são trocados cerca de 3.600 veículos a cada ano, em um investimento de mais de R\$ 130 milhões anuais.

Distribuição dos Veículos por Região

Regiões	Porcentagem s/ o Total	Nº de Veículos de Escolta Armada	Nº de Veículos Uso Geral	Total
Centro-Oeste	8,9%	301	670	971
Nordeste	10,9%	308	880	1.188
Norte	4,2%	118	337	455
Sudeste	59,0%	2.371	4.058	6.429
Sul	17,0%	472	1.379	1.851
Total	100%	3.570	7.324	10.894



Fonte: Departamento de Polícia Federal
CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

5.23 – CURSOS DE FORMAÇÃO

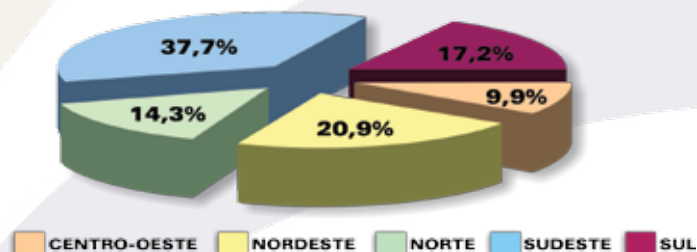
Um importante recurso do setor, o segmento formado pelos Cursos de Formação de Vigilantes vem acompanhando o crescimento da Segurança Privada e do número de Vigilantes nos últimos anos por todo o País, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste.

Com crescimento de mais de 31% em 7 anos, é utilizado não apenas para a formação de novos Vigilantes, mas também para reciclagem e adaptação às novas tecnologias e equipamentos.

Distribuição e Evolução da Quantidade de Cursos de Formação por Região

2004/2012

Regiões	% s/ o Total 2004	2004	% s/ o Total 2012	2012	Evolução 2012/2004
Centro-Oeste	11,5%	24	9,9%	27	+12,5%
Nordeste	19,21%	40	20,9%	57	+42,5%
Norte	13,5%	28	14,3%	39	+39,3%
Sudeste	38,0%	79	37,7%	103	+30,4%
Sul	17,8%	37	17,2%	47	+27,0%
Total	100%	208	100%	273	+31,3%



Fonte: Departamento de Polícia Federal
CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada e Fenavist - II ESSEG



Empresas associadas:



6 – METODOLOGIA UTILIZADA

Todos os dados e estimativas deste estudo referem-se ao ano de 2012

Para os cálculos, utilizamos sempre uma abordagem conservadora, preservando assim uma margem segura de erro e evitando exageros numéricos. A margem de erro estimada neste estudo está entre 5 e 10%, para mais ou para menos, e a porcentagem utilizada para as faixas de valores é de até 3 a 5%.

A maior parte dos dados foi obtida nos arquivos e boletins da Fenavist, no II ESSEG e, principalmente, no Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada, Diário Oficial da União e dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As informações qualitativas foram obtidas a partir dos questionários respondidos por empresários e líderes sindicais de todo o País.

Obs.: Todos os valores de piso salarial e benefícios utilizados neste estudo têm como base os Acordos Coletivos em vigor no ano de 2012.

A seguir detalhamos a metodologia e o roteiro de cálculo de cada um dos dados mencionados neste relatório.

6.1 – NÚMERO DE EMPRESAS NO SETOR

Obtido a partir de dados do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro/2012.

6.2 – NÚMERO DE EMPREGADOS NO SETOR

Obtido a partir de dados do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Julho/2011 e trazidos à Base Dezembro/2012 a partir de estimativas da Fenavist e de empresários do setor.

6.3 – FATURAMENTO DO SETOR

Fizemos uma estimativa conservadora, utilizando como base os cerca de 620 a 640 mil Vigilantes e o valor máximo por vigilante/mês utilizado nos contratos de prestação de serviço, de acordo com os Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - 2012. Os valores foram regionalizados e multiplicados pelo número de Vigilantes em cada Região. Consideramos também os 3 tipos de carga horária – 44 horas semanais (estimados em 20% dos trabalhadores), 12x36 Diurno (estimados em 45% dos trabalhadores) e 12x36 Noturno (estimados em 35% dos trabalhadores).

Obs.: O valor final obtido foi reduzido em 20% para ajustar os valores reais médios cobrados pelas empresas de segurança nos seus contratos de prestação de serviço, nos mercados público e privado.

6.4 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS, TRABALHADORES E FATURAMENTO, POR REGIÃO.

A tabela é uma comparação dos dados dos itens 4.1, 4.2 e 4.3

Para as Regiões do País, utilizamos a divisão oficial, como segue:

- **Região Centro-Oeste** – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.
- **Região Nordeste** – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- **Região Norte** – Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
- **Região Sudeste** – Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.
- **Região Sul** – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

6.5 – RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS FEDERAIS

Utilizamos a alíquota de 8,10% para o cálculo dos impostos federais, de acordo com as alíquotas utilizadas para o setor, conforme abaixo.

Impostos	Alíquota
COFINS	1,65%
PIS	0,65%
CSLL	1,0%
IRPJ	4,8%
Totais	8,10%

6.6 – RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS

Consideramos apenas o ISS e uma alíquota média entre 4,2 e 4,3%, obtida na pesquisa com os empresários e os Sindicatos, calculada sobre o faturamento regionalizado do setor.

6.7 – MASSA SALARIAL PAGA PELO SETOR

Com base na distribuição dos trabalhadores e de acordo com o piso salarial, adicionais e acordos coleti-

vos em cada Estado da Federação, calculamos primeiramente a massa salarial por Estado e depois os totais regionais e do País. Incluímos 20% no valor final para acomodar os funcionários administrativos, encarregados, supervisores, gerentes etc. Consideramos ainda os vigilantes com escala de trabalho 12x36 (diurno e noturno) e seus adicionais de periculosidade e de trabalho noturno, e multiplicamos por 13,3 meses para contemplar o 13o salário e o adicional de férias.

Também levamos em consideração os vigilantes de transporte de valores e seus pisos salariais e adicionais.

6.8 – RECOLHIMENTO PARA O FGTS

Com base na massa salarial calculamos a alíquota de 8% para o FGTS, mais 2% para incluir a provisão para dispensas, mais 0,24% referentes aos 8% sobre Aviso Prévio, Auxílio Doença, Faltas Legais, Licença Paternidade e Acidentes de Trabalho, conhecidos pelo mercado como “Encargos do Grupo B”.

6.9 – RECOLHIMENTO PARA O INSS, “SISTEMA S” ETC.

Para o INSS consideramos somente o valor referente às empresas, com uma alíquota total de 28,8% que inclui também recolhimentos para o “Sistema S” (Senac, Sesc e Sebrae, principalmente), Incra, Seguro Acidentes de Trabalho e Salário Educação. Incluímos mais 0,87% referentes aos 28,8% sobre Aviso Prévio, Auxílio Doença, Faltas Legais, Licença Paternidade e Acidentes de Trabalho, conhecidos pelo mercado como “Encargos do Grupo B”.

Obs.: A alíquota utilizada foi obtida a partir do consenso dos empresários participantes na pesquisa.

6.10 – INDENIZAÇÕES

Consideramos um valor de 11,57%, calculado sobre a massa salarial. Sobre este valor também incide INSS e outras contribuições. Inclui: Rescisão Sem Justa Causa, Aviso Prévio Indenizado e Indenização Adicional.

Obs.: A alíquota utilizada foi obtida a partir do consenso dos empresários participantes na pesquisa.

6.11 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS

Consideramos um valor de 3,02%, calculado sobre a massa salarial. Sobre este valor também incide INSS e outras contribuições. Inclui: Licença Paternidade, Auxílio Doença, Faltas Legais, Aviso Prévio e Acidentes do Trabalho.

6.12 – PAGAMENTO DE BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO

Com base na distribuição regional dos trabalhadores e nos acordos coletivos de cada Estado da Federação, calculamos o valor total deste benefício, considerando o valor diário do vale refeição, conforme o Estado, multiplicado por 22 dias para os trabalhadores e vigilantes de 44 hs. semanais e por 16 dias para aqueles com escala 12x36.

Nos acordos coletivos de alguns Estados, encontramos também o pagamento adicional de cestas básicas, que somaram de R\$ 95 a 100 milhões em 2012, e que foram somados aos valores totais do benefício, regionalmente.

6.13 – PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE

Calculado com base na média nacional, de R\$ 5,50/dia, descontados os 6% pagos pelo trabalhador. Foram considerados 21,41 dias/mês para os trabalhadores e vigilantes de 44 hs. e 15,21 dias/mês para aqueles com escala 12x36. O valor resultante foi multiplicado por 11 meses, para descontar o período de férias.

6.14 – CONSUMO DE UNIFORMES

Calculado com base nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2012, válidos para cada Estado, anualizado e multiplicado pelo número de trabalhadores, e observando o estabelecido na Lei 7.102/83 que se refere à grade curricular e à periculosidade máxima de dois anos entre uma reciclagem e outra.

6.15 – INVESTIMENTOS EM TREINAMENTO

Calculado com base nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2012, válidos para cada Estado, anualizado e multiplicado pelo número de trabalhadores.

6.16 – ASSISTÊNCIA MÉDICA

Anualizamos o valor deste benefício, conforme os acordos coletivos de cada Estado da Federação que o inclui, multiplicado pelo número regional de trabalhadores.

6.17 – SEGURO DE VIDA

Anualizamos o valor deste benefício, conforme os acordos coletivos de cada Estado da Federação, multiplicado pelo número regional de trabalhadores e observando o que determina a Lei 7.102/83.

6.18 – DESPESAS OPERACIONAIS

Calculadas com base nos Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2012, válidos para cada Estado, anualizado e multiplicado pelo número de trabalhadores.

Inclui: Equipamentos, como Coletes e Armas, Exames Médicos de Saúde Ocupacional, Fiscalização, Reserva Técnica, EPIs, Custo de Reposição da Intra-Jornada etc.

6.19 – ARMAS LETAIS

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2012.

6.20 – MUNIÇÕES

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2012.

6.21 – CARROS FORTE

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2012 e Fenavist - II ESSEG.

6.22 – VEÍCULOS PARA ESCOLTA ARMADA E USO GERAL

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2012.

6.23 – CURSOS DE FORMAÇÃO

Análises feitas a partir de informações do Departamento de Polícia Federal – CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – Base Dezembro 2012 e Fenavist - II ESSEG.

6.24 – FONTES DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NESSE ESTUDO

- **ABTV** – Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores

www.abtv-online.com.br

- **ABCFAV** – Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes

www.abcfav.com.br

- **Acordos Coletivos Estaduais** – 2012, conforme arquivos da Fenavist

www.fenavist.org.br

- **Boletins Estatísticos da Fenavist**

www.fenavist.org.br – Centro Fenavist de Estudos / Estatística

- **Confederation of European Security Services (Co-ESS)**

CoESS Facts and Figures – 2011

www.coess.eu

- **Departamento de Polícia Federal**

CGCSP – Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada

www.dpf.gov.br

- **Diário Oficial da União**

www.portal.in.gov.br

- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.ibge.gov.br

- **Tabelas de Limite Máximo para Contratação dos Serviços e Cadernos Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2012**

www.planejamento.gov.br



sindesp10

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SERGIPE

SE 10 ANOS



Filiado a:



7 – A FENAVIST

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Fundada em 1º de março de 1989, pelos Sindicatos representantes da categoria empresarial, a Fenavist é uma entidade sindical patronal criada para representar os interesses do segmento de Segurança Privada no Brasil. Sua criação foi a necessidade que o segmento teve de organizar-se e oferecer um trabalho de qualidade e credibilidade, determinado pela Legislação que regulamentou a Segurança Privada no Brasil (Lei nº 7.102/83).

Com sede em Brasília, no centro da Capital Federal, a Fenavist representa cerca de 2.300 empresas, responsáveis pela geração direta de aproximadamente 690 mil empregos diretos. A Fenavist tem jurisdição nacional, sendo também filiada à Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo – CNC onde seus representantes compõem importantes cargos.

Em parceria com os Sindicatos, Associações e Empresas a Fenavist tem o compromisso de representar os empresários de segurança de forma ampla e transparente, com o objetivo de unir a comunidade de segurança privada no Brasil, prestando serviços e promovendo a modernização e crescimento para a atividade.

Missão da Federação

“Assegurar às atividades de segurança privada melhores condições para gerar resultados positivos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.”

Visão da Federação

“Liderar o segmento empresarial representado com reconhecida influência no desenvolvimento das atividades da segurança privada, da sociedade e dos poderes constituídos.”

Política da Qualidade FENAVIST

A Fenavist tem o compromisso de representar com ética e excelência os interesses da Segurança Privada no Brasil, assegurando sua credibilidade, resultados e sustentabilidade, através de:

- Investimentos constantes na capacitação dos seus colaboradores, diretores e representados;
- Utilização de recursos tecnológicos modernos;
- Valorização dos profissionais da atividade;
- Participação ativa no cenário mundial;
- Melhoria constante dos seus processos.

A Fenavist tem consciência de seu importante papel no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Sindicatos, das empresas e profissionais de segurança privada do Brasil, na melhoria da segurança da sociedade e no desenvolvimento de ações sociais para a comunidade, e desta forma continuará como referência da segurança privada do Brasil.

Bandeiras da Federação

- . Fortalecimento da representatividade;
- . Gestão pública eficaz;
- . Racionalização dos tributos;
- . Liberdade individual e coletiva na relação de emprego;
- . Combate à informalidade e luta pela longevidade das empresas;
- . Integração da Segurança Pública e Segurança Privada;
- . Lutar de forma intransigente para soberania da segurança privada nacional.

Sede da FENAVIST

Localizada no SBS Quadra 2 bloco E salas 1601/1602 - Ed. Prime a sede da Fenavist possui infraestrutura necessária, em todas as atividades Administrativa, Financeira, Comunicação e Estratégicas da Federação.

Este estudo foi produzido pela Top Marketing Consultores especialmente para a FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, e não pode ser reproduzido sem sua expressa autorização.

Março/2013

ENTIDADES AS QUAIS A FENAVIST ESTÁ FILIADA

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Endereço: AV. GENERAL JUSTO, Nº 307 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3804-9200 9248
Site: www.cnc.org.br
Presidente: Antonio Oliveira Santos

Federação Mundial de Segurança (World Security Federation)

Endereço: SBS Qd. 2 Lote 15 Bloco “E” salas 1601/1602 – Ed. Prime – Brasília – DF – 70070-120
Telefone: (61) 3327-5440

Site: www.worldsecurityfederation.org
Presidente: Jerfferson Simões

FEPASEP – Federação Panamericana de Segurança Privada

Contato:
Site: www.fepasep.org
Presidente: Aquiles Gorini

CEBRASSE – Central Brasileira do Setor de Serviços

Endereço: Av. Paulista nº 726 - 7º andar Conj. 710 – Bela Vista – São Paulo – SP – 01310-100
Telefone: (11) 3251-0669
Site: www.cebrasse.org.br
Presidente: Paulo Lofreta

ENTIDADES DE CLASSE PATRONAL DA SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL

SINDICATOS

SINDESP/AC

Endereço: Rua Estrada Da Usina Nº 1115 - Morada Do Sul - Morada Do Sul - Rio Branco - AC - 69900-220
Telefone: (68) 3223-9672
E-mail: sindespac@hotmail.com
Presidente: Claudy Lima da Silva

SINDESP/AL

Endereço: R Dr.Luis Pontes De Miranda Nº 36 Ed. Delmiro, SI 305 - Centro - Pça. Palmares Alagoas - 57120-670
Telefone: (82) 3326-1325
Email: sindesp-albr@ig.com.br
Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá Nº 1770 - Centro - Macapá - AP - 68900-000
Telefone: (96) 3242-5484
Email: sindespap@ig.com.br
Presidente: Manoel Doaci Soares Jardim

SINDESP/AM

Endereço: Rua Estrada Da Usina Nº 1115 - Morada Do Sul - Morada Do Sul - Rio Branco - AC - 69900-220
Telefone: (92) 363-1213
Email: sindespam@bol.com.br
Presidente: Orlando Guerreiro Maia

SINDESP/BA

Endereço: Av.Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp.Iguatemi SI 421/422 Pituba -

CEP 41820-020 - Salvador - BA
Telefone: (71) 3450-0411 / 0563
Email: sindespba@terra.com.br
Presidente: Lauro Santana

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 20220 SI 303/304 - Aldeota - Fortaleza - CE - 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599 e 3264-3084
Email: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Urubatan Estevan Romero

SINDESP/DF

End: Saan Quadra 03 Lote 1300 - Brasília - DF - 70.632-300
Telefone: (61) 3233-9922 / 8338
Email: sindesp@sinesp-df.com.br
Presidente: Irenaldo Lima

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
Email: sindesp.vix@terra.com.br
Presidente: Jacymar Delfino Dalcamini

SINDESP/GO

Endereço: Rua Dos Bombeiros Qd. 248 Lts 12, 14 E 15 - Pq Amazônia- Goiânia - GO - 74.835-210
Telefone: (62) 3218-5946 / 5174
Email: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Lélvio Vieira Carneiro

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís - MA - 65020-251

Telefone: (98) 3221-4557

Email: sindespma@bol.com.br

Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabágua, 1492 Sl 1001/1004-10º Andar - Belo Horizonte - MG - 30.441-194

Telefone: (31) 3327-5300

Email: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br

Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Des. Ferreira Mendes 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá - MT - 78020-200

Telefone: (65) 3027-6607 / 3607

Email: secretaria@sindesp-mt.com.br

Presidente: Angelo Roberto Jacomini

SINDESP/MS

Endereço: Rua Dom Aquino, 1354 - 8º Andar Sl 87 Centro - Campo Grande - MS - 79002-180

Telefone: (67) 3382-9907 / 0400

Email: sindesvms@brturbo.com.br

Presidente: Francisco de Assis Moura

SINDESP/PA

Endereço: Rua Dos Mundurucus, 3.100 Ed Metropolitan Tower - Guamá - Belém - PA - 66.073-000

Telefone: (91) 3246-3436

Email: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br

Presidente: Oziel Mattos Carneiro

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed

Sintese - Centro - João Pessoa - PB - 58.013-000

Telefone: (83) 3241-6466 / 6489

Email: sindesp-pb@hotmail.com

Presidente: Elson Batista Ramos

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764 Sala 103 Ed Emp. Ant - Albuq. Gal. Espinheiro - Recife - PE - 52.020-000

Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032

Email: sesvi@hotlink.com.br

Presidente: Aostinho Rocha Gomes

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, Nº 1416 - Parolin CEP 80220-290 Curitiba - PR

Telefone: (41) 3233-6787 / 6880

Email: sindesp-pr@sindesp-pr.org.br

Presidente: Sandro Maurício Smaniotto

SINDESP/PI

Endereço: Av. Miguel Rosa, 3680 - Centro - Av. Miguel Rosa, 3680 - Centro - PI - 64001-490

Telefone: (86) 2107-1418 / 1428

Email: seac_pi@terra.com.br

Presidente: Francisco de Assis Veras Fortes

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo De Frontin, 383 - Rio Comprido - Rio De Janeiro Rio De Janeiro - RJ - 20261-240

Telefone: (21) 2293-4354 e 2502-6601

Email: sindesp-rj@veloxmail.com.br

Presidente: Frederico Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes De Lima, 1727 Sala 06 Pred. Comerc - Capim Macio - Natal - RN - 59078-400

Telefone: (84) 3217-0476

Email: sindesprn@hotmail.com

Presidente: José Rossini Araujo Braulino

SINDESP/RO

Endereço: Rua Belém Nº 501 - Pedacinho De Chão - Porto Velho - RO - 76820-734

Telefone: (69) 3212-0404

Email: sindespro@hotmail.com

Presidente: Francinele Albes de Miranda

SINDESP/RR

Endereço: Av. São Paulo 568 - Bairro Dos Estados - Boa Vista - RR - 69305-480

Telefone: (95) 3224-8109 / 1338

Email: transvig@transvig.com.br

Presidente: Raimundo Nonato

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre - RS - 90150-004

Telefone: (51) 3233-7172 / 9744

Email: sindesprs@terra.com.br

Presidente: Cláudio Roberto Laude

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro - Florianópolis - SC - 88010-020

Telefone: (48) 3223-1678 / 1393

Email: sindesp@sindesp-sc.org.br

Presidente: Ênio José Back

ASSOCIAÇÕES

ABTV – Associação Brasileira de Transporte de Valores

Endereço: Alameda Santos nº 455, Conjunto comercial 1503/1508 15º andar – Cerqueira Cesar – São Paulo – SP 01419-000

Telefone: (11) 3856-0057/ 3171-2222

Email: administracao@abtv-online.com.br

Presidente: Marcos Paiva

SINDESP/SE

Endereço: Av. Rio Branco, 186-Ed. Oviedo Teixeira Sl 408/410 - Centro - Aracaju - SE - 48018-000

Telefone: (79) 3211-2284

Email: tereza.sindesp@hotmail.com

Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa - São Paulo - SP - 02512-000

Telefone: (11) 3858-7360

Email: sesvesp@sesvesp.com.br

Presidente: José Adir Loiola

SINDESP/TO

Endereço: Rua Buenos Aires Nº 493 - Setor Martin Jorge - Martin Jorge - Araguaína - TO - 77817-530

Telefone: (63) 3213-2288

Email: atalaiaseg.diradm@uol.com.br

Presidente: Renê de Mendonça Filho

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 – Centro – Farroupilha – RS 95180-000

Telefone: (54) 3268-6555

Email: sinesvino@gmail.com

Presidente: Vivaldi Pereira Rodrigues

ABCFAV – Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes

Endereço: Rua Rodolfo Miranda, 193 – São Paulo – SP – 01121-010

Telefone: (11) 3416-0720 / 3326-3556

Email: contato@abcfav.com.br

Presidente: Cel. Francisco Lopes



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, DE
TRANSPORTE DE VALORES, DE CURSOS DE FORMAÇÃO E DE
SEGURANÇA ELETRÔNICA DO ESTADO DO TOCANTINS

**No estado do Tocantins
contrate segurança
com segurança.**

ABCFAV

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Odair Conceição

VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Jeferson Furlan Nazário

VICE-PRESIDENTES

Ricardo Roland Rocha, Lauro Santana Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Leonardo Ottoni Vieira, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Shirley de Medeiros Braulino, Salmen Kamal Ghazale, Pedro Cruz de Souza, Lélío Vieira Carneiro, Gutemberg Araujo Lima, Wilson da Costa Ritto Filho, Franciele Nazário Vieira, Ivan Hermano Filho, Ivan Hermano, Francisco Lopes, José Raimundo Salles de Oliveira, Leonardo Cavalcanti Prudente, Orlando Lamounier Paraíso Júnior, José Helder de Souza Andrade, Patrocínio Valverde de Morais Neto, Edson da Silva Torres, Adriana Aparecida de Quadros, Antônio Vasco Pereira Filho, Iana Gizelle de Freitas Chaves, Lenio Vieira Carneiro, Carmen Suzana Menezes Santana Silva, Victor Saeta de Aguiar, Jaldo Machado Mendes, Sebastião Divino de Souza, Márcia Alves de Paiva Torres, José Elcino Rodrigues Bueno, Marcus Antonio da Silva Guidio, Ernani Luiz de Miranda, Odílio de Franca Filho, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Alfredo Vieira Ibiapina, Marcos Cardim, Francisco de Assis Moura, Jerfferson Simões, Augusto Farias, Wanderley Aranha, Jefferson Marques de Quadros, José Pacheco Ferreira, Vivaldi Pereira Rodrigues, Leonardo Vieira, Jerri Bertoní Macedo, Edgar Segato, William Benfica Silva, Damaris Angélica Ribeiro, Marcos Paiva, Carlos Escobal, Paulo Sérgio Macedo.

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

Renê Rodrigues de Mendonça Filho, José Rossini Araújo Braulino, Irenaldo Pereira Lima, Manoel dos Anjos Almeida, Sandro Mauricio Smaniotto, Joseph Ribamar Madeira, Francisco Schubert Martins

Costa, Fabrício Leandro de Souza, Nilson Villa Verde Coelho de Magalhães, Rogério Bueno de Queirós.

CONSELHO FISCAL

Luiz Alfonso Fregulia, Carmo Camargo, Ruy Barbosa Baptista Júnior, André Luiz Costa Machado, Odailton José de Souza, Livino Rodrigues de Queiroz Júnior.

DELEGADOS REPRESENTANTES

Odair de Jesus Conceição, Jeferson Furlan Nazário, Salmen Kamal Ghazale, Edson da Silva Torres.

CONSELHO DE EX-PRESIDENTES

Eunício Lopes de Oliveira, Lélío Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões.

FENAVIST

Equipe: Ana Paula dos Santos Queiroga (Gerente Administrativa), Maria Sandra Angelino (Gerente Financeira); Juliana Dias Ferreira e Natália Oliveira Alves (Assistente Administrativa); Eloange Bittencourt Emediato (Assessora de Comunicação), Maria Francisca Lisboa da Silva e Francisca Lisboa da S. Portela (Auxiliar Administrativa), Andre Henrique Gomes Barbosa (estagiário Jurídico)

TOP MARKETING CONSULTORES

Pedro Luiz Paulucci

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Eloange

REVISÃO

Fulana de Tal

LAYOUT E ARTE FINAL

Ricardo Bermudez

IMPRESSÃO

Gráfica Goiana

FENegócios

www.projeto Fenavist.com.br

Projeto Fenavist

***Agora você tem produtos de qualidade e
excelentes oportunidades reunidos num só lugar.***

Seguros

Benefícios

Operações Financeiras

Suporte Técnico (GESp)

Insumos

*Saiba mais sobre a
central de compras no site:*

www.fenavist.org.br

*Ou entre em contato
pelo telefone
(11) 3037-7156*



**Ser a maior empresa de
segurança num (país) que não
para de crescer. Este desafio é o
nosso maior orgulho.**

Com mais de 50 mil funcionários, a Prosegur é uma das maiores empregadoras do país. Uma equipe que trabalha para oferecer soluções integradas de segurança a todos os tipos de cliente. Afinal, segurança não pode ser para poucos. É pensando assim que a gente trabalha pelo bem estar de toda a sociedade. E além de oferecer serviços de qualidade, investimos em projetos sociais desenvolvidos pela Fundação Prosegur. Tudo para cuidar do que é mais importante para o país: os brasileiros. A gente cuida do que é mais importante para você.



www.prosegur.com.br



PROSEGUR

Sua maior (proteção).